



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 85
Proc. TC-1932/326/01
José Rubens

PROCESSO: TC – 1932/326/01
PODER: EXECUTIVO
MUNICÍPIO: JACAREÍ
ASSUNTO: Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Instruções n.º 1/00 e Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000.
PERÍODO: 4º BIMESTRE/2º QUADRIMESTRE
RELATOR: Dr. ROBSON MARINHO
INSTRUÇÃO: UR.7 São José dos Campos

Senhor Diretor,

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, nas Instruções n.º 1/00 e na Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000, temos a informar o seguinte:

1 – POPULAÇÃO/ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 – POPULAÇÃO

De acordo com dados extraídos do programa SIAP, trata-se de município com população superior a 50.000 habitantes.

1.2 – ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

A entidade em tela procedeu ao encaminhamento integral da documentação exigida na legislação acima mencionada dentro do prazo legal e constantes dos itens abaixo enumerados:

- 01 - Relatório Res. da Execução Orçamentária - RREO Mod 1
- 02 - Anexo I ao RREO - R.E.O. Poderes/Orgãos
- 03 - Despesas por Funções e Subfunções - Mod 2 DFSF
- 04 - Receita Corrente Líquida - RCL Mod 3
- 05 - Receitas e Despesas Previdenciárias - Mod 4
- 06 - Resultados Nominal e Primário - Mod 5
- 07 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Mod 6
- 12 - Anexo I RGF - Despesas com Pessoal Mod 10-DDPP
- 11 - Relatório da Gestão Fiscal - RGF Mod 10
- 14 - Comprovantes das Publicações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 86
TC-1932/326/01
Proc. José Rubens

2 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - ANÁLISE DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS

De acordo com o relatório apresentado pelo Poder Executivo Municipal, a receita do período se comportou da seguinte forma:

Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Variação
R\$ 14.122.843,83	R\$ 24.028.336,60	-R\$ 9.905.492,77

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que a arrecadação da receita superou a sua previsão, o que pode evidenciar, conforme o caso, uma estimativa sub avaliada, podendo configurar a inobservância ao disposto no artigo 30 da Lei Federal n.º 4.320, de 17.3.64.

2.2 - ANÁLISE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o relatório apresentado pelo Poder Executivo Municipal, a execução orçamentária apresentou-se da seguinte forma:

A - Valores do Período

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
R\$ 24.028.336,60	R\$ 28.752.518,97	-R\$ 4.724.182,37

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que ocorreu um déficit na execução orçamentária.

Observa-se que os valores empenhados neste período foram maiores do que os valores liquidados.

Receitas Realizadas	Despesas Liquidadas	Variação
R\$ 24.028.336,60	R\$ 26.259.400,30	-R\$ 2.231.063,70

Com base nos valores acima demonstrados, onde consideramos as despesas liquidadas em comparação com as receitas arrecadadas, obtém-se um resultado deficitário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR. 7

Fl. n.º

TC-1932/326/01

Proc.

José Rubens

B - Valores Acumulados

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado Acumulado da Execução	% Variação
R\$ 111.527.427,93	R\$ 105.311.859,51	R\$ 6.215.568,42	05,57

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que a gestão orçamentária no período examinado processou-se de forma regular, não sendo, portanto, necessária a emissão de alerta.

Receitas Realizadas	Despesas Liquidadas	Variação
R\$ 111.527.427,93	R\$ 85.510.619,67	R\$ 26.016.808,26

Com base nos valores acima demonstrados, onde consideramos as despesas liquidadas em comparação com as receitas arrecadadas, obtém-se um resultado de superavitário.

Despesas Fixadas	Despesas Empenhadas	Resultado Acumulado	% Variação
R\$ 105.311.859,51	R\$ 105.311.859,51	R\$ 0,00	00,00

Conforme valores acima, comparando-se as despesas empenhadas com as autorizadas (sendo estas últimas demonstradas no Relatório do Resultado Nominal e Primário - Mod 5) as despesas empenhadas foram iguais as autorizadas.

3.-DESPESAS COM PESSOAL

Gastos em 1999	R.C.L. 1999	Percentual 1999
R\$ 59.916.852,75	R\$ 122.416.393,49	48,95

A tabela acima nos dá conta dos gastos com pessoal ocorridos no exercício de 1999, ponto de partida da análise dos gastos com pessoal.

À vista do disposto no artigo 59, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, procedemos à verificação dos gastos com pessoal no Quadrimestre ora analisado, tendo constatado o seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 48

Proc. ^{TC-1932/326/01}

José Rubens

Gastos	R.C.L.	Percentual	Limite Permitido
R\$ 68.735.159,24	R\$ 151.679.148,60	45,32	54,00

4759
100

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal está dentro do limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

CONCLUSÃO

Relacionamos abaixo as irregularidades encontradas quando da análise efetuada na documentação encaminhada pela entidade:

ocorrência de estimativa sub avaliada da Receita;

Feitas as análises pertinentes, submetemos os presentes autos à elevada consideração de Vossa Senhoria.

UR.7 São José dos Campos, em 06 de novembro de 2.001

JOSÉ RUBENS MONTEIRO
Responsável por Equipe Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 88

TC-1932/326/01

Proc.

José Rubens

PROCESSO: TC - 1932/326/01

PODER: EXECUTIVO

MUNICÍPIO: JACAREÍ

ASSUNTO: Acessório 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Instruções n.º 1/00 e Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000.

PERÍODO: 4º BIMESTRE/2º QUADRIMESTRE

RELATOR: Dr. ROBSON MARINHO

INSTRUÇÃO: UR-7 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Diante da análise da matéria, verifica-se que o Poder em questão cumpriu regularmente o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e nas Instruções n.º 1/00.

Em relação aos limites estabelecidos no artigo 59, §1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, efetuamos as análises possíveis e constatamos não haver necessidade de alerta.

Assim sendo, em cumprimento ao determinado no item 3 do inciso IX da Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000, o presente feito deverá ser arquivado juntamente com a documentação do respectivo órgão, para servir de subsídio às contas do exercício que será apreciado.

À Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento do presente feito, para elaboração de relatório sucinto (ou cópias das informações pertinentes) a ser juntado no Acessório 3 deste mesmo Poder, do exercício ora acompanhado. Antes, porém, ao Setor de Expediente desta Unidade Regional para juntada eletrônica dos TC's n.ºs 2115/007/01 e 2681/007/01.

UR-7 São José dos Campos, em 06 de novembro de 2001

FERNANDO ANTUNES FILHO
Diretor da UR.7

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

LEI 101

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

EXPEDIENTE:

TC- 3323 / 007 / 01

INTERESSADO:

P.M. - Jacareí

PERÍODO:

5.º Bimestre 01

De ordem do Senhor Diretor Técnico da UR.7,
encaminhe-se a Equipe 7.4 para providenciar nos termos da

UR.7, em 14 de Dezembro de 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LC 101/00 -

4702
88

Protocolo de entrega dos relatórios por meio magnético

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
5º BIMESTRE DE 2001

Publicação OK.

Mod.	Descrição	Valores:
1	RREO	Superávit/Déficit
		Do Bimestre: 13,549,996,39 Acumulado: 19,765,564,81
1	RREO - Anexo	Resultado Total: 19,148,981,01
2	RREO - Função/Subf.	Despesas Totais:
		Do Bimestre: 19,040,082,01 Acumulado: 124,668,300,03
3	RCL	RCL apurada até o mês de referência: 158,213,466,32
4	Rec. e Despesas Previdenciárias	Superávit/Déficit acumulado: 4,242,043,27
		Total Disp. Financeira 21,652,249,45
5	Resultado Nominal e Primário	Resultado Primário: Resultado Nominal
		Do Bimestre: 11,998,141,45 Do Bimestre: -4,545,244,28
		Até o Bimestre 35,037,671,20 Até o Bimestre -27,783,265,76
6	Restos a Pagar:	Montante a Pagar Disponibilidades:
		Vinculados: 0,00 Vinculados: 0,00
		Não Vinculados 89,821,830,72 Não Vinculados 50,276,806,58
7	Oper.Créditos x Desp. de Capital	Despesas de Capital Líquidas: 0,00
		Total Oper.Crédito: 0,00
8	Projeções Atuariais	Resultado próximo exercício: 0,00
		Resultado último exercício: 0,00
9	Var.Patrim. e Aplic. Rec.	Resultado Patrimonial: VARIAÇÃO POSITIVA 0,00
		Saldo financeiro a aplicar 0,00
10	RGF	RCL apurada até o mês de referência: ----
		Despesas com Pessoal ----
		Despesas com Inativos e Pensionistas ----
		Saldo Dívida Consolidada ----
		Saldo Dívida Mobiliária ----
		Montante das Concessões de Garantia ----
		Oper.Crédito realizadas ----
		Saldo devedor de ARO ----
		Disponibilidades em 31/12 0,00
		Inscrição em Restos a Pagar 0,00
		Serviços de Terceiros do exercício ----
10	RGF - Anexo I	Total Desp. com Pessoal ----
		Total Desp. Líquidas Inativos/Pensionistas ----
10	RGF - Anexo II	Total Restos a Pagar sem disponibilidades ----

Data/Local da elaboração: JACAREÍ-SP, 12 DE DEZEMBRO DE 2.001


[Assinatura]
Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí

[Assinatura]
Contabilista - nº CRC1SP108977/O Resp. pelo Controle Interno
José Augusto R. Campos

Vulvovaginitis expressa est RS.

[illegible]

Contabilista - CRC N.º SPI08977/O-8
JOSÉ AUGUSTO PEREIRA CAMPOS


Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CARLOS CIVIDANES

4763
BB

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PODERES/ÓRGÃOS

Valores expressos em R\$

Responsável pelo Controle Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

9/4 4465/BB

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
5º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

RECEITAS	Previsão anual		5º BIMESTRE		Acumulado		
	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	a realizar
Receitas Correntes (A)	165,574,126,00	165,028,310,12	0,00	32,451,487,76	0,00	143,787,711,58	21,240,598,54
Tributárias	19,746,176,00	19,768,224,48	0,00	3,433,544,95	0,00	16,647,373,76	3,120,850,72
Impostos	18,300,000,00	18,300,000,00	0,00	2,658,794,35	0,00	14,906,970,26	3,393,029,74
IPTU	9,300,000,00	9,300,000,00	0,00	848,279,72	0,00	7,049,536,85	2,250,463,15
ISSQN	7,900,000,00	7,900,000,00	0,00	1,573,492,17	0,00	6,957,500,72	942,499,28
ITBI	1,100,000,00	1,100,000,00	0,00	237,022,46	0,00	899,932,69	200,067,31
Taxas	1,399,176,00	1,421,224,48	0,00	767,447,88	0,00	1,705,857,34	-284,632,86
Contribuição de Melhoria	47,000,00	47,000,00	0,00	7,302,72	0,00	34,546,16	12,453,84
Contribuições	9,217,516,00	10,477,923,84	0,00	1,453,733,85	0,00	6,977,531,28	3,500,392,56
Patrimoniais	2,347,410,00	2,435,463,04	0,00	845,625,03	0,00	2,850,540,20	-415,077,16
Industriais	17,982,120,00	15,821,050,56	0,00	2,251,139,83	0,00	13,265,035,84	2,556,014,72
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	107,008,000,00	107,008,000,00	0,00	22,841,550,73	0,00	97,906,441,74	9,101,558,26
Outras Receitas Correntes	9,272,904,00	9,517,648,20	0,00	1,625,893,37	0,00	6,140,788,76	3,376,859,44
Receitas de Capital (B)	3,900,000,00	3,900,000,00	0,00	138,590,64	0,00	329,794,75	3,570,205,25
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3,600,000,00	3,600,000,00	0,00	138,590,64	0,00	329,794,75	3,270,205,25
Outras Receitas de Capital	300,000,00	300,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,000,00
RECEITA TOTAL (A+B)	169,474,126,00	168,928,310,12	0,00	32,590,078,40	0,00	144,117,506,33	24,810,803,79
DESPESAS	Dotação Anual		5º BIMESTRE		Acumulado		
	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	142,809,200,00	143,785,200,00	17,621,891,68	22,314,805,11	119,616,340,95	105,600,966,30	24,168,859,05
Pessoal/Encargos Sociais	74,957,000,00	74,957,000,00	6,713,748,99	9,559,770,01	55,774,000,10	54,291,649,07	19,182,999,90
Juros/Encargos da Dívida Interna	1,950,000,00	1,927,560,00	122,431,90	99,531,20	630,058,46	568,398,96	1,297,501,54
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	65,902,200,00	66,900,640,00	10,785,710,79	12,655,503,90	63,212,282,39	50,740,918,27	3,688,357,61
Despesas de Capital (D)	20,208,900,00	19,232,900,00	1,418,190,33	1,075,928,67	4,735,600,57	3,300,387,15	14,497,299,43
Investimentos	15,028,900,00	14,157,900,00	1,393,429,22	1,039,245,60	4,183,410,93	2,797,004,16	9,974,489,07
Inversões Financeiras	510,000,00	510,000,00	0,00	0,00	31,423,02	31,423,02	478,576,98
Amortização da Dívida	4,670,000,00	4,565,000,00	24,761,11	16,683,07	520,766,62	471,959,97	4,044,233,38
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	8,708,24	16,683,07	112,755,61	95,510,16	-112,755,61
Outras Amortizações	4,670,000,00	4,565,000,00	16,052,87	0,00	408,011,01	376,449,81	4,156,988,99
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (E)	6,966,026,00	6,966,026,00					
DESPESA TOTAL (C+D)	163,018,100,00	163,018,100,00	19,040,082,01	23,390,733,78	124,351,941,52	108,901,353,45	38,666,158,48
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	6,456,026,00	5,910,210,12	13,549,996,39	9,199,344,62	19,765,564,81	35,216,152,88	

 Prefeito Municipal

 Contabilista - CRC N° 1SP108977/O-


Jose Augusto P. Campos

 Responsável pelo Controle Interno

Marco Aurélio de Souza
 Prefeito Municipal de Jacareí

[illegible]

[illegible]


Prefeito Municipal
Marco Aurelio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí

Contable: C/C N° ISP 1089770-8
José Augusto P. Campos

[Handwritten signature]
Responsável pelo Controle Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

92 4768 BB

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
5º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

CÓD.	DESPESAS Funções/Subfunções	Dotação Anual		5º BIMESTRE		Acumulado		
		Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	a empenhar
1	LEGISLATIVA	8,540,000,00	8,540,000,00	1,491,990,00	1,515,464,00	6,022,924,09	5,024,584,04	2,517,075,91
31	Ação Legislativa	8,540,000,00	8,540,000,00	1,491,990,00	1,515,464,00	6,022,924,09	5,024,584,04	2,517,075,91
32	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Defesa Int. Público Proc. Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Defesa da Ordem Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	ADMINISTRAÇÃO	19,012,400,00	22,512,400,00	1,060,466,79	1,508,697,69	21,806,780,33	20,241,198,25	705,619,67
121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Administração Geral	11,262,400,00	20,262,400,00	1,060,466,79	1,508,697,69	20,024,889,02	18,862,403,88	237,510,98
123	Administração Financeira	7,750,000,00	2,250,000,00	0,00	0,00	1,781,891,31	1,378,794,37	468,108,69
124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Normalização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	SEGURANÇA PÚBLICA	2,570,000,00	2,570,000,00	81,768,00	500,416,28	2,235,411,48	2,198,058,29	334,588,52
181	Policamento	2,570,000,00	2,570,000,00	81,768,00	500,416,28	2,235,411,48	2,198,058,29	334,588,52
182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,155,000,00	2,155,000,00	130,203,42	354,138,70	2,103,804,85	1,855,678,39	51,195,15
241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
242	Assist. ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
243	Assist. à Criança e ao Adolescente	220,000,00	160,000,00	13,169,85	15,935,87	111,505,71	82,887,94	48,494,29
244	Assistência Comunitária	1,935,000,00	1,995,000,00	117,033,57	338,202,83	1,992,299,14	1,772,790,45	2,700,86
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	12,795,000,00	12,795,000,00	1,286,171,64	1,258,340,58	7,576,155,23	6,694,303,58	5,218,844,77
271	Previdência Básica	4,690,000,00	4,690,000,00	977,863,79	950,033,33	4,624,496,83	4,106,240,70	65,503,17
272	Previdência do Regime Estatutário	8,105,000,00	8,105,000,00	308,307,25	308,307,25	2,951,658,40	2,588,062,88	5,153,341,60
273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SAÚDE	26,320,000,00	27,820,000,00	4,680,758,58	4,630,726,09	26,538,923,29	23,612,106,53	1,261,076,71
301	Atenção Básica	24,740,000,00	9,240,000,00	233,262,09	241,697,22	9,062,848,03	8,059,186,86	177,151,97
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1,580,000,00	18,580,000,00	4,447,496,49	4,388,528,87	17,496,075,26	15,552,919,67	1,083,924,74
303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	EDUCAÇÃO	41,945,500,00	41,945,500,00	4,281,543,37	7,413,959,88	32,203,317,82	29,528,315,74	9,742,182,48
361	Ensino Fundamental	33,594,500,00	33,074,500,00	3,251,887,80	5,526,777,42	25,969,342,19	23,949,469,68	7,105,157,81
362	Ensino Médio	20,000,00	240,000,00	151,093,35	69,896,21	166,157,87	87,526,09	73,842,13
363	Ensino Profissional	20,000,00	20,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,000,00
364	Ensino Superior	20,000,00	20,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,000,00
365	Educação Infantil	7,555,000,00	7,845,000,00	878,562,22	1,817,286,25	5,491,657,51	4,967,189,48	2,353,342,49
366	Educação de Jovens e Adultos	40,000,00	50,000,00	0,00	0,00	46,250,51	30,786,89	3,749,49
367	Educação Especial	696,000,00	696,000,00	0,00	0,00	529,909,44	493,343,60	166,090,56
13	CULTURA	2,066,000,00	2,066,000,00	322,287,40	326,624,89	1,238,299,33	947,933,20	827,700,67
391	Patrim. Histórico, Artist. e Arqueológico	2,056,000,00	1,456,000,00	160,000,00	160,000,00	675,981,13	381,208,31	780,018,87
392	Diffusão Cultural	10,000,00	610,000,00	162,287,40	166,624,89	562,318,20	566,724,89	47,681,80
14	DIRETORIA DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Marco Antônio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí

Jose Augusto P. Campos

[Assinatura]

422	Direitos Individuais, Colet. e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	URBANISMO	22,539,200,00	19,039,200,00	3,007,092,64	2,998,818,10	12,595,977,81	7,901,623,97	6,443,222,19
451	Infra-Estrutura Urbana	6,294,200,00	6,294,200,00	2,858,986,17	2,884,929,87	5,840,893,51	4,334,599,91	453,306,49
452	Serviços Urbanos	16,245,000,00	12,745,000,00	148,106,47	113,888,23	6,755,084,30	3,567,024,06	5,989,915,70
453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	HABITAÇÃO	100,000,00	100,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,000,00
481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
482	Habitação Urbana	100,000,00	100,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,000,00
17	SANEAMENTO	22,671,000,00	21,171,000,00	2,519,674,49	2,569,886,71	10,627,625,44	9,031,391,47	10,543,374,56
511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
512	Saneamento Básico Urbano	22,671,000,00	21,171,000,00	2,519,674,49	2,569,886,71	10,627,625,44	9,031,391,47	10,543,374,56
18	GESTÃO AMBIENTAL	605,000,00	605,000,00	21,675,40	84,730,60	421,018,97	402,064,31	183,981,03
541	Preservação e Conserv. Ambiental	605,000,00	605,000,00	21,675,40	84,730,60	421,018,97	402,064,31	183,981,03
542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
572	Desenvolvimento Tecn. e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Difusão do Conhec. Cient. e Tecn.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	AGRICULTURA	453,000,00	453,000,00	44,663,91	62,431,34	325,412,69	298,225,11	127,587,31
601	Promoção da Produção Vegetal	453,000,00	425,820,00	17,483,91	59,851,34	298,232,69	295,645,11	127,587,31
602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
606	Extensão Rural	0,00	27,180,00	27,180,00	2,580,00	27,180,00	2,580,00	0,00
607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	INDÚSTRIA	0,00	87,181,30	22,500,00	0,00	22,500,00	0,00	64,681,30
661	Promoção Industrial	0,00	87,181,30	22,500,00	0,00	22,500,00	0,00	64,681,30
662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
753	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
753	Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
754	Alcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	TRANSPORTE	50,000,00	50,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00
781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
782	Transporte Rodoviário	50,000,00	50,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00
783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
785	Transporte Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	DESPORTO E LAZER	1,196,000,00	1,108,818,70	89,286,97	166,998,92	930,149,00	881,725,62	178,669,70
811	Desporto de Rendimento	1,196,000,00	1,108,818,70	89,286,97	166,998,92	930,149,00	881,725,62	178,669,70
812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
845	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	163,018,100,00	163,018,100,00	19,040,882,01	23,390,733,78	124,668,300,03	108,617,208,50	38,349,799,97

Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí

Contabilista - CRC Nº 1SP108977/O-
José Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da L.C. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
5º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

RECEITAS CORRENTES	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÊS DE REP. OUTUBRO	TOTAL	Aprovação Bimestre Anterior	Previsão atualizada Exercício
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.642.033,34	10.941.576,44	11.986.255,95	10.306.567,80	14.843.283,79	9.108.686,07	13.124.640,65	13.181.385,50	9.260.959,02	9.804.280,74	14.290.714,82	13.440.872,65	147.190.650,57	19.065.240,56	133.082.100,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.554.042,51	2.531.747,59	2.454.884,04	1.994.046,43	2.774.554,51	2.433.352,49	2.657.949,05	2.710.361,96	2.214.126,31	2.611.834,32	2.243.683,56	2.481.425,94	29.461.908,71	4.825.900,63	31.946.210,12
Ataques	2.554.042,51	2.531.747,59	2.454.884,04	1.994.046,43	2.774.554,51	2.433.352,49	2.657.949,05	2.710.361,96	2.214.126,31	2.611.834,32	2.243.683,56	2.481.425,94	29.461.908,71	4.825.900,63	31.946.210,12
Fundações Públicas													0,00		
Empresas Esatais Dependentes													0,00		
Subtotal	19.196.075,85	13.473.324,03	14.441.139,99	12.300.614,23	17.617.838,30	11.601.420,56	15.782.598,70	15.891.647,46	11.475.086,13	12.416.115,06	16.534.398,38	15.922.298,59	176.652.559,28	23.891.201,19	165.028.310,12
(-) DEDUÇÕES															
Receitas Transf. Intrag. Adm. Dir/ind e Fund.													0,00		
Contrib. Serv. Reg. Próm. Previdência	710.461,87	874.820,94	578.387,40	350.522,05	307.262,00	320.633,69	316.092,87	318.644,16	303.443,29	347.790,95	392.815,14	518.339,81	5.340.134,17	740.606,09	5.581.488,66
Compensação Finance entre Reg. Prev.													0,00		
PONDEF	1.163.804,38	858.351,46	1.160.293,60	921.209,66	949.856,16	911.556,58	1.328.581,99	1.320.512,55	859.297,85	875.416,38	1.460.074,05	1.261.004,18	13.098.658,79	1.734.714,23	
Anulação de Restos a Pagar													0,00		
Outras													0,00		
Subtotal	1.874.266,20	1.733.172,40	1.738.681,00	1.271.731,71	1.257.118,16	1.233.120,27	1.645.574,86	1.639.156,71	1.162.741,14	1.223.207,33	1.861.889,19	1.779.343,99	18.439.092,96	2.475.320,32	5.581.488,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.321.811,65	11.740.151,63	12.702.458,99	11.028.882,52	16.340.720,14	10.368.290,29	14.137.023,84	14.252.490,75	10.312.344,99	11.192.907,73	14.672.509,19	14.142.954,60	158.213.466,32	21.415.880,87	159.446.821,46

Prefeito Municipal

Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí

Contabilista - CRC N° ISP108977/O-8

José Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

4740

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

100 4-11/2001

MUNICÍPIO DE JACAREÍ

5º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

I - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	4,979,077,00	4,912,499,10	787,142,92	3,467,243,94	1,445,255,16
Contribuições dos Servidores Ativos	3,988,805,00	5,359,120,56	631,071,98	3,336,145,85	2,022,974,71
Contribuições dos Servidores Inativos	217,337,00	178,260,66	30,702,52	150,345,70	27,914,96
Contribuições dos Pensionistas	32,297,00	28,043,52	4,816,43	23,795,79	4,247,73
Receitas Patrimoniais	2,710,310,00	2,298,363,04	595,277,13	2,422,919,33	-124,556,29
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	643,200,00	2,012,596,32	2,087,30	278,903,62	1,733,692,70
Total	12,571,026,00	14,788,883,20	2,051,098,28	9,679,354,23	5,109,528,97

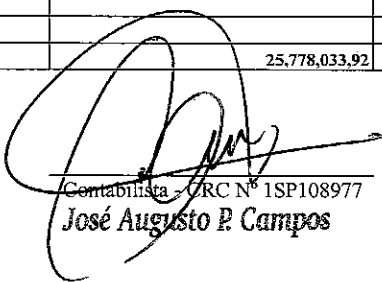
II - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	8,085,000,00	8,085,000,00	657,257,82	2,643,589,38	611,578,18	1,402,294,21	5,441,410,62
Pensionistas	1,744,000,00	1,744,000,00	107,905,58	467,660,14	98,683,97	245,924,59	1,276,339,86
Outros Benefícios	5,252,000,00	5,252,000,00	0,00	1,268,514,27	0,00	939,960,64	3,983,485,73
Outras Despesas	1,116,000,00	1,116,000,00	56,619,72	1,057,547,17	60,528,71	567,791,87	58,452,83
Total	16,197,000,00	16,197,000,00	821,783,12	5,437,310,96	770,790,86	3,155,971,31	10,759,689,04

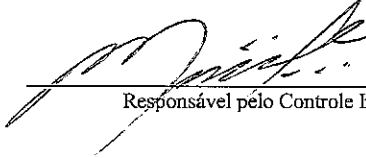
III - RESULTADO	-3,625,974,00	-1,408,116,80	1,229,315,16	4,242,043,27	1,280,307,42	6,523,382,92	
-----------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--

IV - DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$	
Receitas	10,178,379,88		Despesas	4,125,784,47
Orçamentárias	9,679,354,23		Orçamentárias pagas	3,406,774,04
Extra-orçamentárias	499,025,65		Extra-orçamentárias	719,010,43
			Inscrição Restos a pagar*	
Saldo do exercício anterior	15,599,654,04		Saldo Atual	21,652,249,45
Caixa	0,00		Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	15,599,654,04		Bancos Conta Movimento	21,652,249,45
Aplicações Financeiras			Aplicações Financeiras	
Total Geral	25,778,033,92			25,778,033,92

* Relativo ao último bimestre


 Prefeito Municipal de Jacareí


 Contabilista - CRC Nº 1SP108977
 José Augusto P. Campos


 Responsável pelo Controle Interno

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
5º BIMESTRE DE 2001

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores expressos em R\$

RECEITAS FISCAIS	Previsão Inicial			Realização		Período Exercício Anterior
	Annual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Receitas Correntes	156,748,061,04	156,748,061,04	156,748,061,04	32,451,487,76	143,787,711,58	51,869,142,27
Receitas de Capital	3,600,000,00	3,600,000,00	3,600,000,00	138,590,64	329,794,75	13,940,96
Subtotal:	160,348,061,04	160,348,061,04	160,348,061,04	32,590,078,40	144,117,506,33	51,883,083,23
(-) Deduções	0,00	0,00				
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00				
Receitas de Privatizações	0,00	0,00				
Receitas de Anulação de Restos a Pagar	0,00	0,00				
Rend. de aplicações Financeiras	2,398,217,71	2,398,217,71	2,398,217,71	595,310,89	2,004,915,17	459,823,12
Retorno de Operações de Crédito	0,00	0,00				
Receita Transf. Intragovernamental	0,00	0,00				
Subtotal	2,398,217,71	2,398,217,71	2,398,217,71	595,310,89	2,004,915,17	459,823,12
Total das Receitas Fiscais	157,949,843,33	157,949,843,33	157,949,843,33	31,994,767,51	142,112,591,16	51,423,260,11

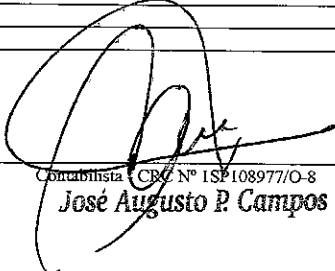
DESPESAS FISCAIS	Dotação Inicial			Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Período Exerc. Ant.
	Annual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Correntes	143,785,200,00	143,785,200,00	143,785,200,00	17,621,891,68	101,994,449,27	25,582,825,47	83,286,161,19	35,369,306,72
(-) Juros e Encargos da Dívida	1,927,560,00	1,927,560,00	1,927,560,00	122,431,90	630,058,46	92,629,24	468,867,76	1,489,916,59
Subtotal	141,857,640,00	141,857,640,00	141,857,640,00	17,499,459,78	101,364,390,81	25,490,196,23	82,817,293,43	33,879,390,13
Despesas de Capital	19,232,900,00	19,232,900,00	19,232,900,00	2,521,927,39	5,839,337,63	676,574,83	2,224,458,48	2,135,763,78
(-) Deduções	4,575,000,00	4,575,000,00	4,575,000,00	24,761,11	128,808,48	33,529,35	455,276,90	4,094,841,34
Amortização de Dívida	4,565,000,00	4,565,000,00	4,565,000,00	24,761,11	128,808,48	33,529,35	455,276,90	4,094,841,34
Concessão de Empréstimos	0,00							
Aquis. Tit. Capital já integralizado	10,000,00	10,000,00	10,000,00					
Desp. Transf. Intragovernamental								
Subtotal	14,657,900,00	14,657,900,00	14,657,900,00	2,497,166,28	5,710,529,15	643,045,48	1,769,181,58	-1,959,077,56
Total das Despesas Fiscais	156,515,540,00	156,515,540,00	156,515,540,00	19,996,626,06	107,074,919,96	26,133,241,71	84,586,475,01	31,920,312,57
RESULTADO PRIMÁRIO	1,434,303,33	1,434,303,33	1,434,303,33	11,998,141,45	35,037,671,20	5,861,525,80	57,526,116,15	19,502,947,54

RESULTADO NOMINAL

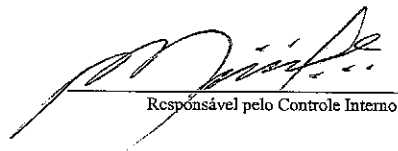
ESPECIFICAÇÃO	SALDO			RESULTADO NOMINAL	
	Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)	No Bimestre (C-B)	Até o Bimestre (C-A)
I. Dívida Consolidada	37,285,464,37	37,080,051,49	38,311,295,72		
(-) Disponibilidade de Caixa	18,263,528,29	40,404,613,59	45,831,231,62		
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00		
(-) Demais Ativos Financeiros	178,082,69	1,069,605,99	1,419,476,47		
II. Dívida Consolidada Líquida	18,843,853,39	-4,394,168,09	-8,939,412,37		
III. Receitas de Privatizações					
IV. Dívida Fiscal Líquida (II+III)	18,843,853,39	-4,394,168,09	-8,939,412,37	-4,545,244,28	-27,783,265,76

JUSTIFICATIVAS:


Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí


Contabilista - CRC Nº 108977/O-8

José Augusto P. Campos


Responsável pelo Controle Interno

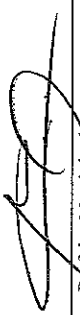
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ

5º BIMESTRE DE 2001

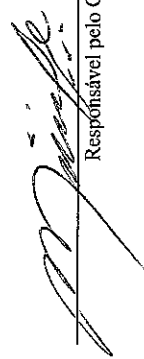
Valores expressos em R\$

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas			Montante a Pagar		Disponibilidades	
		Processados	Não Processados	CANCELAMENTOS	No Bimestre	Até o Bimestre	Vinculados	Não Vinculados	Vinculadas	Não Vinculadas
PODER LEGISLATIVO										
Câmara Municipal	83.847,33			0,00	0,00	83.847,33				600.090,45
PODER EXECUTIVO	99.544,198,76	0,00	0,00	0,00	916,486,69	9.700,273,69	0,00	89.821,830,72	0,00	49.676,716,13
Prefeitura Municipal	99.309,478,92			0,00	916,486,69	528.569,02		89.524,537,25		24.494,947,00
Órgãos/Entidades	1.234,719,84	0,00	0,00	0,00	0,00	984,046,73	0,00	297,293,47	0,00	25.181,769,13
FUND.CULT.JACAREHY	53.249,57					215,90		24.470,34		124.542,32
INST.PREV.MUNIC.JACAREI	349.840,16					342,810,03		7.030,13		20.348,336,43
SERV.AUT.AGUA ESGATO	831.630,11					46.620,36		265.793,00		4.708,890,38
Fundação Pública "Y"										
Empresa Púb. Dependente "Z"										
TOTAL:	99.628,046,09	0,00	0,00	0,00	916,486,69	659,252,61	0,00	89.821,830,72	0,00	50.276,806,58

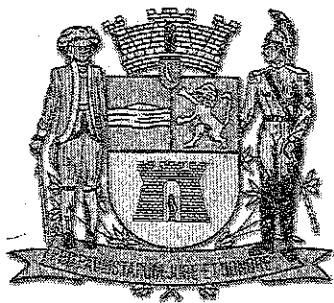

Prefeito Municipal
Marco Aurelio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí


Contabilista CRC Nº 1SP108.977/O-8

Jose Augusto P. Campos


Responsável pelo Controle Interno

4443
23



BOLETIM OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ

ANO III - Nº 167

30 de novembro de 2001

LEIS

LEI Nº 4525

Autoriza o Executivo Municipal a proceder pagamento, por indenização, de refeições fornecidas pela empresa individual Paulo Ricardo Burgarelli-ME.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder o pagamento, a título de indenização, à empresa individual Paulo Ricardo Burgarelli-ME, referente ao fornecimento, no período de 29 de novembro de 2000 a 31 de dezembro de 2000, de 2.860 (duas mil oitocentos e sessenta) refeições tipo marmitex, destinadas à Secretaria de Saúde e Higiene, e que foram entregues sem Autorização de Fornecimento e empenho prévio.

Art. 2º - Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica autorizada a abertura na Contabilidade Municipal de um Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 9.409,49 (nove mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e nove centavos), que será coberto com a anulação parcial da dotação orçamentária n.º 18.01.00-04.123.2803.2.022-4.7.90.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ, 29 DE NOVEMBRO DE 2001.
MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL MARCO AURÉLIO DE SOUZA.

LEI Nº 4526

Autoriza o Executivo Municipal a abrir, na Contabilidade Municipal, crédito adicional especial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contabilidade Municipal, um crédito adicional especial até o valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), que será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária n.º 18.01-04.123.2803.2.022-4.7.90, destinado a cobrir despesas com a celebração de Convênio com o Sindicato do Comércio Varejista do Município de Jacaré, visando à implantação do Disque Denúncia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ, 29 DE NOVEMBRO DE 2001.

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL MARCO AURÉLIO DE SOUZA.

DECRETOS

DECRETO Nº 200

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela Lei n.º 4.521, de 12 de novembro de 2001,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto na Secretaria de Obras e Viação um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 128.478,94 (Cento e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quatro centavos), destinado ao pagamento dos lotes adquiridos e bem assim, a título de indenização pelo risco de desabamento dos imóveis ali construídos, todos situados no loteamento denominado Jardim Vista Verde.

Art. 2º - Para efeito de execução orçamentária, o crédito ora aberto classificar-se-á da seguinte forma:

12.00	Secretaria de Obras e Viação
12.01	Gabinete do Secretário e Dependências
16.482.0402.1.022	Aquisição de Imóveis no Jardim Vista Verde
4.5.90	Investimentos + R\$ 128.478,94

Art. 3º - A despesa de que trata o artigo anterior decorrerá da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

18.00	Encargos Gerais do Município
18.01	Recursos sob Supervisão da Secretaria de Finanças
04.123.2803.2.022	Juros e Encargos da Dívida Interna
4.7.90	Amortização da Dívida Contratada - R\$ 128.478,94

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2001.

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 201

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e especialmente nos termos do artigo 61, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jacaré (Lei n.º 2.761, de 31 de março de 1.990) combinado com o artigo 5º, alínea "I" do Decreto - Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1.941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1.956,

DECRETA

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, os imóveis abaixo relacionados, localizados às Ruas João Américo da Silva e Alzira Sales de Siqueira e Praça Conde Frontin, destinados à ampliação do sistema viário do Município:

1 - Rua Alzira Sales de Siqueira, n.º 70, com 806,55 m2, que consta pertencer a Arthur Verdelli, cadastrado sob n.º 44132-41-11-0432-00-000;

II - Rua Alzira Sales de Siqueira, n.º 38, com 636,60m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0404-00-000;

III - Rua Alzira Sales de Siqueira, n.º 259, com 163,72m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0477-00-000;

IV - Rua Alzira Sales de Siqueira, n.º 10, com 63,70m2, que consta pertencer a 44111-0400-00-000;

V - Rua Alzira Sales de Siqueira, n.º 92, com 117,42m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0472-00-000;

VI - Praça Conde Frontin, n.º 187, com 2.005,70m2, que consta pertencer a 44111-0266-00-000;

VII - Praça Conde Frontin, n.º 167, com 295,50m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0374-00-000;

VIII - Praça Conde Frontin, n.º 173, com 3.587,00m2, que consta pertencer a 44111-0360-00-000;

X - Rua João Américo da Silva, n.º 117, com 1.595,70m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0631-00-000;

X - Rua João Américo da Silva, n.º 121, com 551,76m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0621-00-000;

XI - Rua João Américo da Silva, n.º 211, com 223,44m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0537-00-000;

XII - Rua João Américo da Silva, n.º 195, com 201,84m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0552-00-000;

XIII - Rua João Américo da Silva, n.º 91, com 405,00m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0656-00-000;

XIV - Rua João Américo da Silva, n.º 183, com 226,07m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0559-00-000;

XV - Rua João Américo da Silva, n.º 227, com 227,40m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0516-00-000;

XVI - Rua João Américo da Silva, n.º 201, com 232,81m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0544-00-000;

XVII - Rua João Américo da Silva, n.º 243, com 157,25m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0504-00-000;

XVIII - Rua João Américo da Silva, n.º 55, com 285,03m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0689-00-000;

XIX - Rua João Américo da Silva, n.º 95, com 234,39m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0651-00-000;

XX - Rua João Américo da Silva, n.º 237, com 162,85m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0510-00-000;

XXI - Rua João Américo da Silva, n.º 41, com 155,31m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0704-00-000;

XXII - Rua João Américo da Silva, n.º 67, com 360,00m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0680-00-000;

XXIII - Rua João Américo da Silva, n.º 249, com 154,40m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0495-00-000;

XXIV - Rua João Américo da Silva, n.º 71, com 356,24m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0673-00-000;

XXV - Rua João Américo da Silva, n.º 83, com 750,00m2, que consta pertencer a 44111-0665-00-000;

XXVI - Rua João Américo da Silva, n.º 49, com 289,01m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0698-00-000;

XXVII - Rua João Américo da Silva, n.º 21, com 138,33m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0729-00-000;

XXVIII - Rua João Américo da Silva, n.º 29, com 109,10m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0723-00-000;

XXIX - Rua João Américo da Silva, n.º 37, com 147,15m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0717-00-000;

XXX - Rua João Américo da Silva, n.º 13, com 162,04m2, que consta pertencer a 44152-41-11-0001-00-000;

XXXI - Rua João Américo da Silva, s/n.º, com 5.000,00m2, que consta pertencer a 44132-41-11-0567-00-000.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta 15.452.1507.1.007-4.5.90.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2001.

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 202

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela Lei n.º 4.412, de 21 de dezembro de 2000,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto ao órgão da Administração Indireta - Serviço Autônomo de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) dotações orçamentárias:

04 - Departamento Financeiro
04-01 - Gabinete do Diretor e Dependências
13080322.003 - Manutenção da Unidade
3111.00 - Pessoal Civil + 25.000,00

06 - Encargos Gerais da Autarquia

06-01 - Recursos Sub Superv. Depto. Financeiro

13080322.009 - Encargos da Dívida Contratada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LC 101/00

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO S. PAULO

15 FEV 09 34 38 000438/007/02

Protocolo de entrega dos relatórios por meio magnético

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
6º BIMESTRE DE 2001

Verificação OK

4785
BB

Mod.	Descrição	Valores:
1	RREO	Superávit/Déficit
		Do Bimestre: -1,390,964,27 Acumulado: 18,374,600,54
1	RREO - Anexo	Resultado Total: 17,765,250,55
2	RREO - Função/Subf.	Despesas Totais:
		Do Bimestre: 29,680,722,95 Acumulado: 155,151,506,10
3	RCL	RCL apurada até o mês de referência: 154,091,416,56
4	Rec. e Despesas Previdenciárias	Superávit/Déficit acumulado: 5,486,967,33
		Total Disp. Financeira 22,777,021,08
5	Resultado Nominal e Primário	Resultado Primário: Resultado Nominal
		Do Bimestre: -1,922,041,90 Do Bimestre: 4,628,326,54
		Até o Bimestre 15,990,992,08 Até o Bimestre -23,154,939,22
6	Restos a Pagar:	Montante a Pagar Disponibilidades:
		Vinculados: 0,00 Vinculados: 0,00
		Não Vinculados 13,657,555,55 Não Vinculados 41,118,652,32
7	Oper. Créditos x Desp. de Capital	Despesas de Capital Líquidas: 0,00
		Total Oper. Crédito: 0,00
8	Projeções Atuariais	Resultado próximo exercício: 1,224,890,03
		Resultado último exercício: -3,578,723,16
9	Var. Patrim. e Aplic. Rec.	Resultado Patrimonial: VARIAÇÃO POSITIVA 0,00
		Saldo financeiro a aplicar 0,00
10	RGF	RCL apurada até o mês de referência: 154,091,416,56
		Despesas com Pessoal 69,234,165,23
		Despesas com Inativos e Pensionistas 0,00
		Saldo Dívida Consolidada 0,00
		Saldo Dívida Mobiliária 0,00
		Montante das Concessões de Garantia 0,00
		Oper. Crédito realizadas 0,00
		Saldo devedor de ARO 0,00
		Disponibilidades em 31/12 0,00
		Inscrição em Restos a Pagar 0,00
		Serviços de Terceiros do exercício 0,00
10	RGF - Anexo I	Total Desp. com Pessoal 69,234,165,23
		Total Desp. Líquidas Inativos/Pensionistas 0,00
10	RGF - Anexo II	Total Restos a Pagar sem disponibilidades 0,00

Divisão de Contabilidade: 13 de Fevereiro de 2.002

[Assinatura]
Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza

[Assinatura]
Contabilista - nº CRC 108,977
José Augusto Pereira Campos

[Assinatura]
Resp. pelo Controle Interno
Antonio Artur de Queiroz

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
5º BIMESTRE DE 2001[illegible]

Prefeitura Municipal

MARCO AURELIO DE SOUZA

Comptulista: ~~6~~ RCN° 108.977

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS

Responsável pelo Controle Interno
ANTONIO ARTUR DE OLIVEIRA

Responsável pelo Controle Interno
ANTÔNIO ARTUR DE OLIVEIRA

4786
18

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -**MUNICÍPIO DE JACAREÍ**
6º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

RECEITAS	Previsão anual		6º BIMESTRE		Acumulado		
	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	a realizar
Receitas Correntes (A)	165,574,126,00	165,028,310,12	0,00	28,204,433,80	0,00	171,992,145,38	-6,963,835,26
Tributárias	19,746,176,00	19,768,224,48	0,00	2,170,814,95	0,00	18,818,188,71	950,035,77
Impostos	18,300,000,00	18,300,000,00	0,00	2,076,215,64	0,00	16,983,185,90	1,316,814,10
IPU	9,300,000,00	9,300,000,00	0,00	379,775,54	0,00	7,429,312,39	1,870,687,61
ISSQN	7,900,000,00	7,900,000,00	0,00	1,504,241,70	0,00	8,461,742,42	-561,742,42
ITBI	1,100,000,00	1,100,000,00	0,00	192,198,40	0,00	1,092,131,09	7,868,91
Taxas	1,399,176,00	1,421,224,48	0,00	86,748,08	0,00	1,792,605,42	-371,380,94
Contribuição de Melhoria	47,000,00	47,000,00	0,00	7,851,23	0,00	42,397,29	4,602,61
Contribuições	9,217,516,00	10,477,923,84	0,00	1,597,714,12	0,00	8,575,245,40	1,902,678,44
Patrimoniais	2,347,410,00	2,435,463,04	0,00	1,463,137,44	0,00	4,313,677,64	-1,878,214,60
Industriais	17,982,120,00	15,821,050,56	0,00	1,855,450,01	0,00	15,120,485,85	700,564,71
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	107,008,000,00	107,008,000,00	0,00	18,942,153,25	0,00	116,848,594,99	-9,840,594,99
Outras Receitas Correntes	9,272,904,00	9,517,648,20	0,00	2,175,164,03	0,00	8,315,952,79	1,201,695,41
Receitas de Capital (B)	3,900,000,00	3,900,000,00	0,00	85,324,88	0,00	415,119,63	3,484,880,37
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3,600,000,00	3,600,000,00	0,00	85,324,88	0,00	415,119,63	3,184,880,37
Outras Receitas de Capital	300,000,00	300,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,000,00
RECEITA TOTAL (A+B)	169,474,126,00	168,928,310,12	0,00	28,289,758,68	0,00	172,407,265,01	-3,478,954,89
DESPESAS	Dotação Anual		6º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	142,809,200,00	143,785,200,00	28,667,507,35	38,859,969,57	148,283,848,30	144,460,935,87	-4,498,648,30
Pessoal/Encargos Sociais	74,957,000,00	74,957,000,00	21,165,835,65	23,075,226,66	76,939,835,75	77,366,875,73	-1,982,835,75
Juros/Encargos da Dívida Interna	1,950,000,00	1,927,560,00	885,812,10	896,581,81	1,515,870,56	1,464,980,77	411,689,44
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	65,902,200,00	66,900,640,00	6,615,859,60	14,888,161,10	69,828,141,99	65,629,079,37	-2,927,501,99
Despesas de Capital (D)	20,208,900,00	19,232,900,00	1,013,215,60	1,362,946,05	5,748,816,17	4,663,333,20	13,484,083,83
Investimentos	15,028,900,00	14,157,900,00	974,914,69	1,322,354,26	5,158,325,62	4,119,358,42	8,999,574,38
Inversões Financeiras	510,000,00	510,000,00	0,00	0,00	31,423,02	31,423,02	478,576,98
Amortização da Dívida	4,670,000,00	4,565,000,00	38,300,91	40,591,79	559,067,53	512,551,76	4,005,932,47
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	38,300,91	40,591,79	151,056,52	136,101,95	-151,056,52
Outras Amortizações	4,670,000,00	4,565,000,00	0,00	0,00	408,011,01	376,449,81	4,156,988,99
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (E)	0,00	0,00					
DESPESA TOTAL (C+D)	163,018,100,00	163,018,100,00	29,680,722,95	40,222,915,62	154,032,664,47	149,124,269,07	8,985,435,53
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	6,456,026,00	5,910,210,12	-1,390,964,27	-11,933,156,94	18,374,600,54	23,282,995,94	

Prefeito Municipal

Contabilista - CRC N°

José Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
6º BIMESTRE DE 2001

TOTAIS:	28,289,758,68	172,711,244,05	29,680,722,95	154,945,993,50	40,222,915,62	151,046,210,33	17,565,250,55	0,00	0,00%
---------	---------------	----------------	---------------	----------------	---------------	----------------	---------------	------	-------

Responsável pelo Controle Interno

422	Direitos Individuais, Colet. e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	URBANISMO	22,539,200,00	12,839,200,00	63,848,36	3,361,313,45	12,659,826,17	11,262,937,42	179,373,83
451	Infra-Estrutura Urbana	6,294,200,00	5,994,200,00	0,00	1,013,365,62	5,840,893,51	5,347,965,53	153,306,49
452	Serviços Urbanos	16,245,000,00	6,845,000,00	63,848,36	2,347,947,83	6,818,932,66	5,914,971,89	26,067,34
453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	HABITAÇÃO	100,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
482	Habitação Urbana	100,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	SANEAMENTO	22,671,000,00	15,471,000,00	1,941,197,55	2,635,371,91	12,568,822,99	11,666,763,38	2,902,177,01
511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
512	Saneamento Básico Urbano	22,671,000,00	15,471,000,00	1,941,197,55	2,635,371,91	12,568,822,99	11,666,763,38	2,902,177,01
18	GESTÃO AMBIENTAL	605,000,00	605,000,00	155,653,18	173,691,13	576,672,15	575,755,44	28,327,85
541	Preservação e Conserv. Ambiental	605,000,00	605,000,00	155,653,18	173,691,13	576,672,15	575,755,44	28,327,85
542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
572	Desenvolvimento Tecn. e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Difusão do Conhec. Cient. e Tecn.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	AGRICULTURA	453,000,00	453,000,00	109,965,31	113,530,82	435,378,00	411,755,93	17,622,00
601	Promoção da Produção Vegetal	453,000,00	425,820,00	109,965,31	110,156,32	408,198,00	405,801,43	17,622,00
602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
606	Extensão Rural	0,00	27,180,00	0,00	3,374,50	27,180,00	5,954,50	0,00
607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
651	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
652	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	INDÚSTRIA	0,00	87,181,30	0,00	0,00	22,500,00	0,00	64,681,30
661	Promoção Industrial	0,00	87,181,30	0,00	0,00	22,500,00	0,00	64,681,30
662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
753	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
753	Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
754	Alcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	TRANSPORTE	50,000,00	50,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00
781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
782	Transporte Rodoviário	50,000,00	50,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00
783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
785	Transporte Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	DESPORTO E LAZER	1,196,000,00	1,358,818,70	422,429,98	454,034,55	1,352,578,98	1,335,760,17	6,239,72
811	Desporto de Rendimento	1,196,000,00	1,358,818,70	422,429,98	454,034,55	1,352,578,98	1,335,760,17	6,239,72
812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
845	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	163,018,100,00	163,018,100,00	29,680,722,95	36,114,412,89	155,151,506,10	146,384,778,65	7,866,593,90

Prefeito Municipal

Contábil - CRC Nº
José Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

Valores expressos em R\$

9

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

[illegible]

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

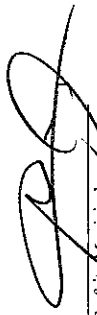
(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da L.C. 101/00)


ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

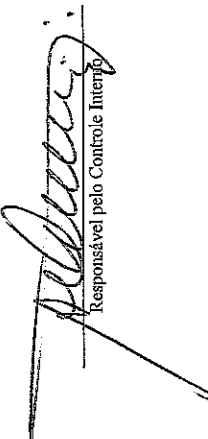
MUNICÍPIO DE JACAREÍ
6º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

RECEITAS CORRENTES	JANEIRO	FEVEMBERO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÊS DE REF: DEZEMBRO	TOTAL	Apuração Bimestre Anterior	Previsão Atualizada Exercício
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.932,187,25	10.306,567,80	14.843,283,79	9.168,008,07	13.126,649,65	13.181,889,30	9.260,960,72	9.804,281,32	14.290,715,20	13.440,877,65	10.016,097,85	12.653,010,22	142.022,083,62		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.454,884,04	1.994,046,43	2.774,554,51	2.433,352,49	2.657,949,05	2.710,361,96	2.214,156,31	2.611,834,32	2.245,683,56	2.481,425,94	2.571,535,54	2.963,790,39	30.111,444,54	0,00	0,00
Aulaquias	2.454,884,04	1.994,046,43	2.774,554,51	2.433,352,49	2.657,949,05	2.710,361,96	2.214,156,31	2.611,834,32	2.245,683,56	2.481,425,94	2.571,535,54	2.963,790,39	30.111,444,54		
Fundações Públicas													0,00		
Empresas Estatais Dependentes													0,00		
Subtotal	14.387,071,29	12.300,614,23	17.617,838,30	11.601,420,56	15.782,598,70	15.891,651,26	11.475,087,03	12.416,115,64	16.534,398,76	15.922,298,59	12.587,633,39	15.616,800,41	172.133,528,16	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES															
Recursos Transf. Interg. Adm. Diretos e Fund.													0,00		
Contrib. Serv. Reg. Prop. Previdência	578,387,40	350,322,05	307,262,00	320,453,69	316,992,87	318,644,16	303,443,29	347,990,95	392,815,14	518,339,81	433,954,00	502,078,84	4.696,384,20		
Compensação Financeira entre Reg. Prev.													0,00		
FUNDEER	1.160,293,60	921,209,66	969,856,16	911,556,58	1.328,581,99	1.320,312,55	859,297,85	875,416,38	1.469,074,05	1.261,004,18	971,714,00	1.302,710,40	13.351,227,40		
Ampliação de Restos a Pagar													0,00		
Otras													0,00		
Subtotal	1.738,681,00	1.271,531,71	1.277,118,16	1.232,210,27	1.445,574,86	1.639,156,71	1.162,741,14	1.223,207,33	1.861,889,19	1.779,343,99	1.403,668,00	1.804,789,24	18.042,111,60	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.648,390,29	11.029,082,52	16.340,720,14	10.369,210,29	14.337,023,84	14.252,494,55	10.312,345,89	11.192,908,31	14.672,509,57	14.142,954,60	11.181,965,39	13.812,011,17	154.091,416,56	0,00	0,00


Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal de Jacareí


Contábilista
José Augusto P. Campos
CPF: 008.977


Responsável pelo Controle Interno

4493
BB

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ

6º BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

I - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	4,979,077,00	4,321,123,62	853,879,68	4,321,123,62	0,00
Contribuições dos Servidores Ativos	3,988,805,00	4,021,551,63	685,405,78	4,021,551,63	0,00
Contribuições dos Servidores Inativos	217,337,00	200,770,87	50,425,17	200,770,87	0,00
Contribuições dos Pensionistas	32,297,00	31,799,28	8,003,49	31,799,28	0,00
Receitas Patrimoniais	2,710,310,00	3,159,583,06	736,663,73	3,159,583,06	0,00
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	643,200,00	280,496,45	1,592,83	280,496,45	0,00
Total	12,571,026,00	12,015,324,91	2,335,970,68	12,015,324,91	0,00

II - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	8,085,000,00	8,085,000,00	990,323,18	3,633,912,56	1,008,315,43	2,410,609,64	4,451,087,44
Pensionistas	1,744,000,00	1,744,000,00	155,304,90	467,660,14	160,067,55	405,992,14	1,276,339,86
Outros Benefícios	5,252,000,00	5,000,000,00	0,00	1,268,514,27	0,00	939,960,64	3,731,485,73
Outras Despesas	1,116,000,00	1,368,000,00	78,671,58	1,158,270,61	72,299,29	640,091,16	209,729,39
Total	16,197,000,00	16,197,000,00	1,224,299,66	6,528,357,58	1,240,682,27	4,396,653,58	9,668,642,42

III - RESULTADO	-3,625,974,00	-4,181,675,09	1,111,671,02	5,486,967,33	1,095,288,41	7,618,671,33	
-----------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--

IV - DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$	
Receitas	12.631,479,94		Despesas	5,454,112,90
Orçamentárias	12,015,324,91		Orçamentárias pagas	4,647,456,31
Extra-orçamentárias	616,155,03		Extra-orçamentárias	806,656,59
			Inscrição Restos a pagar*	
Saldo do exercício anterior	15,599,654,04		Saldo Atual	22,777,021,08
Caixa			Caixa	
Bancos Conta Movimento	15,599,654,04		Bancos Conta Movimento	22,777,021,08
Aplicações Financeiras			Aplicações Financeiras	
Total Geral	28,231,133,98			28,231,133,98

* Relativo ao último bimestre

Prefeito Municipal

Mário Antônio de Souza

Prefeito Municipal

Contabilista - CRC N° 108.977

José Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
6º BIMESTRE DE 2001

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores expressos em R\$

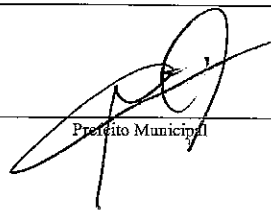
RECEITAS FISCAIS	Previsão Inicial			Realização		Período Exercício Anterior
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Receitas Correntes	156,748,061,04	156,748,061,04	156,748,061,04	28,204,433,80	171,992,145,38	51,869,142,27
Receitas de Capital	3,600,000,00	3,600,000,00	3,600,000,00	85,324,88	329,794,75	13,940,96
Subtotal:	160,348,061,04	160,348,061,04	160,348,061,04	28,289,758,68	172,321,940,13	0,00
(-) Deduções	0,00	0,00				
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00				
Receitas de Privatizações	0,00	0,00				
Receitas de Anulação de Restos a Pagar	0,00	0,00				
Rend. de aplicações Financeiras	2,398,217,71	2,398,217,71	2,398,217,71	1,455,190,34	3,460,105,51	459,823,12
Retorno de Operações de Crédito	0,00	0,00				
Receita Transf. Intragovernamental	0,00	0,00				
Subtotal	2,398,217,71	2,398,217,71	2,398,217,71	1,455,190,34	3,460,105,51	459,823,12
Total das Receitas Fiscais	157,949,843,33	157,949,843,33	157,949,843,33	26,834,568,34	168,861,834,62	459,823,12

DESPESAS FISCAIS	Dotação Inicial			Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Período Exerc. Ant.
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Correntes	143,785,200,00	143,785,200,00	143,785,200,00	28,668,311,84	148,802,681,46	36,891,558,57	143,406,701,34	35,369,306,72
(-) Juros e Encargos da Dívida	1,927,560,00	1,927,560,00	1,927,560,00	885,811,80	1,516,083,43	896,581,81	1,469,072,31	1,489,916,59
Subtotal	141,857,640,00	141,857,640,00	141,857,640,00	27,782,500,04	147,286,598,03	35,994,976,76	141,937,629,03	33,879,390,13
Despesas de Capital	19,232,900,00	19,232,900,00	19,232,900,00	1,012,411,11	6,143,312,04	1,150,206,33	4,891,830,93	2,135,763,78
(-) Deduções	4,575,000,00	4,575,000,00	4,575,000,00	38,300,91	559,067,53	40,591,79	512,551,76	4,094,841,34
Amortização de Dívida	4,565,000,00	4,565,000,00	4,565,000,00	38,300,91	559,067,53	40,591,79	512,551,76	4,094,841,34
Concessão de Empréstimos	0,00							
Aquis. Tit. Capital já integralizado	10,000,00	10,000,00	10,000,00					
Desp. Transf. Intragovernamental								
Subtotal	14,657,900,00	14,657,900,00	14,657,900,00	974,110,20	5,584,244,51	1,109,614,54	4,379,279,17	-1,959,077,56
Total das Despesas Fiscais	156,515,540,00	156,515,540,00	156,515,540,00	28,756,610,24	152,870,842,54	37,104,591,30	146,316,908,20	31,920,312,57
RESULTADO PRIMÁRIO	1,434,303,33	1,434,303,33	1,434,303,33	-1,922,041,90	15,990,992,08	-10,270,022,96	22,544,926,42	-32,380,135,69

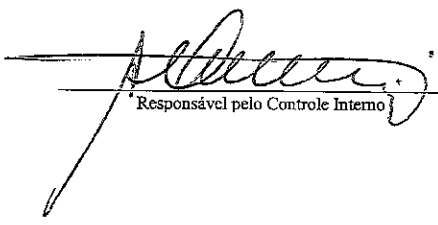
RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	SALDO			RESULTADO NOMINAL	
	Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)	No Bimestre (C-B)	Até o Bimestre (C-A)
I. Dívida Consolidada	37,285,464,37	38,311,295,72	38,270,703,93		
(-) Disponibilidade de Caixa	18,263,528,29	45,831,231,62	41,118,652,32		
(-) Aplicações Financeiras					
(-) Demais Ativos Financeiros	178,082,69	1,419,476,47	1,463,137,44		
II. Dívida Consolidada Líquida	18,843,853,39	-8,939,412,37	-4,311,085,83		
III. Receitas de Privatizações					
IV. Dívida Fiscal Líquida (II+III)	18,843,853,39	-8,939,412,37	-4,311,085,83	4,628,326,54	-23,154,939,22

JUSTIFICATIVAS:


 Prefeito Municipal


 Contabilista - CRC Nº 108.977
 José Augusto P. Campos


 Responsável pelo Controle Interno

6° BIMESTRE DE 2001

Valores expressos em R\$

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas				Montante a Pagar		Disponibilidades	
		Processados	Não Processados	Cancelamentos		Pagamentos		Vinculadas	Não Vinculadas	Vinculadas	Não Vinculadas
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre				
PODER LEGISLATIVO											
Câmara Municipal	83.847,33			0,00	0,00	0,00	83.847,33				0,00
PODER EXECUTIVO	99.544,198,76	0,00	0,00	73.386,287,34	73.655.860,01	2.518,779,34	12.229.863,80	0,00	13.657.555,55	0,00	41,118,652,32
Prefeitura Municipal	98.309.478,92			73.386,287,34	73.454.082,65	2.515.048,73	11.231,275,69		13.623.201,18		12,948,960,32
Órgãos/Entidades	1,234,719,84	0,00	0,00	0,00	201,777,36	3.730,61	998.588,11	0,00	34.354,37	0,00	28,169,692,00
FUND.CULT.JACAREHY	53.249,57						33.324,89		19.924,68		111,919,23
INST.PREV.MUNIC.JACAREI	349.840,16						342.810,03		7.030,13		22,777,021,08
SERV.AUT.AGUA ESGOTO	831.630,11				201,777,36	3.730,61	622.453,19		7,399,56		5,280,751,69
Empresa Púb. Dependente "Z"											
								</			

Contabilista - CRC N° 108.977
Jose Augusto P. Campos

Responsável pelo Controle Interno

4796
BB
128

4297
38

126

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
3º QUADRIMESTRE**I – COMPARATIVOS:**

Valores expressos em R\$

	Exercício Anterior		1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	138,234,267,66		144,312,187,92		151,679,148,60		154,091,416,56	
	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%
Despesas Totais com Pessoal	71,715,940,73	51,88	69,295,571,09	48,02	68,735,159,24	45,32	69,234,165,23	44,93
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22)			74,032,152,40	51,30	77,811,403,23	51,30	79,048,896,70	51,30
Limite Legal (art. 20)	74,646,504,54	54,00	77,928,581,48	54,00	81,906,740,24	54,00	83,209,364,94	54,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líq. Inativos e Pensionistas								
Total Despesa Líquida								
Limite Legal								
Excesso a Regularizar								
Dívida Consolidada Líquida								
Saldo devedor								
Limite Legal								
Excesso a Regularizar								
Dívida Mobiliária								
Saldo devedor								
Limite Legal								
Excesso a Regularizar								
Concessões de Garantias								
Montante								
Limite Legal								
Excesso a Regularizar								
Operações de Crédito (exceto ARO)								
Realizadas no período								
Limite legal								
Excesso a regularizar								
Antecipação de Rec. Orçamentárias								
Saldo devedor								
Limite legal								
Excesso a regularizar								

II – INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

4.

4-998
BB

121

III - DEMONSTRATIVOS:

Disponibilidades financ.em 31/12:	R\$
Caixa	
Bancos - C/Movimento	
Bancos - C/Vinculadas	
Aplicações Financeiras	
Subtotal	
(-) Deduções:	
Valores comprometidos a pagar até 31/12	
Total das Disponibilidades:	

Inscrição de Restos a Pagar:	R\$
Processados	
Não Processados	
Total da Inscrição:	

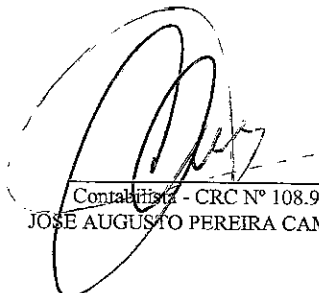
Serviços de Terceiros (art. 72 LC 101/00)	R\$	% RCL
Exercício anterior		
Exercício atual		

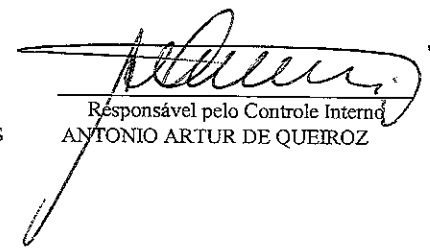
Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO

Data da Contratação	Valor Contratado R\$	Data da Liquidação			Liquidado no Exercício - R\$	Saldo a Pagar
		Principal	Juros	Encargos		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		

JACAREI - SP, 26 JANEIRO DE 2.002


 Prefeito Municipal
 MARCO AURELIO DE SOUZA


 Contabilista - CRC Nº 108.977
 JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS


 Responsável pelo Controle Interno
 ANTONIO ARTUR DE QUEIROZ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO DE JACAREÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
3º QUADRIMESTRE

I – COMPARATIVOS:

Valores expressos em R\$

	EXERCÍCIO ANTERIOR		3º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	138,234,267,66		154,091,416,56	
	RS	%	RS	%
Despesas Totais com Pessoal	71,715,940,73	51,88	69,234,165,23	44,93
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22)			79,048,896,70	51,30
Limite Legal (art. 20)	74,646,504,54	54,00	83,209,364,94	54,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida Inativos e Pensionistas				
Total Despesa Líquida	0,00		0,00	
Limite Legal				
Excesso a Regularizar				
Dívida Consolidada Líquida				
Saldo devedor	0,00		0,00	
Limite Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso a Regularizar		0,00		0,00
Dívida Mobiliária				
Saldo devedor	0,00		0,00	
Limite Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso a Regularizar		0,00		0,00
Concessões de Garantias				
Montante	0,00		0,00	
Limite Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso a Regularizar		0,00		0,00
Operações de Crédito (exceto ARO)				
Realizadas no período	0,00		0,00	
Limite legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso a regularizar		0,00		0,00
Antecipação de Receitas Orçamentárias				
Saldo devedor	0,00		0,00	
Limite legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso a regularizar		0,00		0,00

II – INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

[Assinatura]

4800
BB

128

III – DEMONSTRATIVOS:

Disponibilidades financ.em 31/12:	RS
Caixa	0,00
Bancos – C/Movimento	0,00
Bancos – C/Vinculadas	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
Subtotal	0,00
(-) Deduções:	
Valores compromissados a pagar até 31/12	0,00
Total das Disponibilidades:	0,00

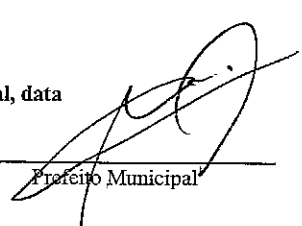
Inscrição de Restos a Pagar:	RS
Processados	0,00
Não Processados	0,00
Total da Inscrição:	0,00

Serviços de Terceiros (art. 72 LC 101/00)	RS	% RCL
Exercício anterior	0,00	
Exercício atual	0,00	

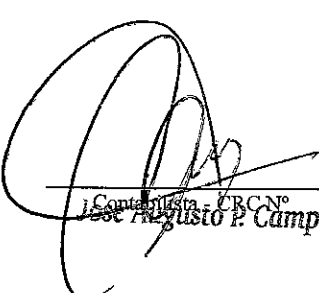
Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO

Data da Contratação	Valor Contratado R\$	Data da Liquidação			Liquidado no Exercício - R\$	Saldo a Pagar
		Principal	Juros	Encargos		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		
/ /		/ /	/ /	/ /		

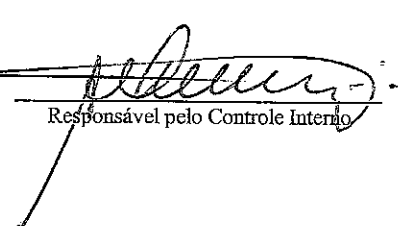
Local, data



 Prefeito Municipal



 José Augusto P. Campos



 Responsável pelo Controle Interno

**MUNICÍPIO DE JACARÉ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
3º QUADRIMESTRE**

DESPESAS COM PESSOAL		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÊS REF.: DEZEMBRO	Totais:
Despesas com Pessoal Ativo		2.598.559,00	3.326.794,40	4.119.908,80	4.009.295,65	5.451.091,59	5.350.953,46	1.361.603,81	8.581.907,41	6.774.356,73	5.675.878,19	7.733.535,52	7.521.163,41	62.505.047,97
Mão-de-Obra terceirizada														0,00
Encargos Sociais		2.146,16	455.304,95	432.695,81	423.549,24	38.050,80	39.305,08	41.253,49	34.576,15	34.487,69	41.447,70	54.861,84	77.288,30	1.674.967,21
Inativos		32.376,55	425.503,04	424.824,85	435.652,80	314.756,67	313.692,52	313.482,88	315.114,42	319.542,03	328.118,34	363.523,21	677.011,82	4.263.599,13
Pensionistas		5.391,00	83.369,53	82.948,13	86.689,06	48.507,96	48.431,96	49.985,56	48.426,08	48.417,34	52.447,91	57.562,68	104.802,80	716.980,01
Salário Família		931,63	16.664,16	10.937,27	10.970,09	1.459,05	1.476,63	2.634,95	2.039,11	1.336,03	1.384,45	1.173,49	1.519,36	52.526,22
Sentenças Judiciais do período		0,00	0,00	0,00	0,00									0,00
Outras despesas com pessoal		0,00	0,00	0,00	770,00	1.845,00	1.950,00	2.093,25	2.320,00	2.450,00	2.450,00	2.892,50	4.273,94	21.044,69
Subtotal		2.639.404,34	4.307.636,08	5.071.314,86	4.966.926,84	5.855.711,07	5.755.809,65	1.771.053,94	8.984.383,17	7.180.589,82	6.101.726,59	8.213.549,24	8.386.059,63	69.234.165,23
(-) DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19)														
Indenização por demissão														0,00
Incentivos à demissão voluntária														0,00
Decisão Judicial de compet. anterior														0,00
Inativos (custeio recursos especificados)														0,00
Subtotal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2.639.404,34	4.307.636,08	5.071.314,86	4.966.926,84	5.855.711,07	5.755.809,65	1.771.053,94	8.984.383,17	7.180.589,82	6.101.726,59	8.213.549,24	8.386.059,63	69.234.165,23

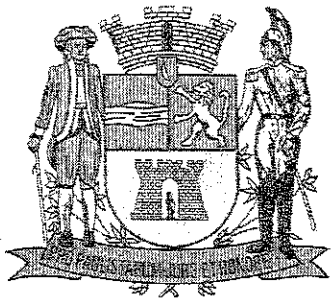
[illegible]

Prefeito Municipal
MARCO AURELIO DE SOUZA

Contabilista - CRC Nº 108.977
JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS

Responsável pelo Controle Interno
ANTONIO ARTUR DE QUEIROZ

4801
32



BOLETIM O

PREFEITURA MUNICIPAL

ANO IV - Nº 177

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

DECRETO

DECRETO Nº 261

Aprova a Programação Financeira para o Exercício de 2002

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACARÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e, especificamente pela Lei

n.º 4.532 de 21 de dezembro de 2001. Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000, combinado com o art. 12 da Lei nº 4.477, de 04 de julho de 2001, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o ano de 2002 e dá outras providências".

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Programação Fin para o Exercício de 2002, constante do A Parágrafo Único - Os recursos legais vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de vinculação, ainda que em exercício diverso em que ocorrer o ingresso.

EDITAIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00 ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA/FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACARÉ
6º BIMESTRE DE 2001

RECEITAS	Previsão anual		6º Bimestre		Previs
	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	
Categoria Econômica/Fontes			11	12	
Receitas Correntes (A)	166.574.126,00	165.028.310,12	0,00	28.204.433,80	
Tributárias	19.746.176,00	19.768.224,48	0,00	2.170.814,95	
Impostos	18.300.000,00	18.300.000,00	0,00	2.076.215,64	
IPTU	9.300.000,00	9.300.000,00		379.775,54	
ISSQN	7.900.000,00	7.900.000,00		1.504.241,70	
ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00		192.198,40	
Taxas	1.399.176,00	1.421.224,48		86.748,08	
Contribuição de Melhoria	47.000,00	47.000,00		7.851,23	
Contribuições	9.217.516,00	10.477.923,84		1.597.714,12	
Patrimoniais	2.347.410,00	2.435.463,04		1.483.137,44	
Industriais	17.982.120,00	16.821.050,66		1.855.450,01	
Agropecuárias	0,00	0,00			
Serviços	0,00	0,00			
Transferências Correntes	107.008.000,00	107.008.000,00		18.942.153,25	
Outras Receitas Correntes	9.272.904,00	9.517.848,20		2.175.164,03	
Receitas de Capital (B)	3.960.000,00	3.900.000,00	0,00	85.324,88	
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00			
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Transferências de Capital	3.600.000,00	3.600.000,00		85.324,88	
Outras Receitas de Capital	300.000,00	300.000,00			
RECEITA TOTAL (A+B)	169.474.126,00	168.928.310,12	0,00	28.289.758,68	
DESPESAS	Dotação Anual		6º Bimestre		Empenh
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	
Despesas Correntes (C)	142.899.200,00	143.786.200,00	28.657.507,35	38.869.963,87	148.283,8
Pessoal/Encargos Sociais	74.957.000,00	74.957.000,00	21.165.835,65	23.075.226,68	76.939,8
Juros/Encargos da Dívida Interna	1.950.000,00	1.927.560,00	885.812,10	896.581,81	1.515,8
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00			
Outras Despesas Correntes	65.902.200,00	66.900.640,00	6.615.859,60	14.888.161,10	69.828,1
Despesas de Capital (D)	20.208.900,00	19.232.900,00	1.013.215,80	1.362.946,06	6.748,8
Investimentos	15.028.900,00	14.157.900,00	974.914,69	1.322.354,26	5.158,3
Inversões Financeiras	510.000,00	510.000,00	0,00	0,00	31,4
Amortização da Dívida	4.670.000,00	4.565.000,00	38.300,91	40.591,79	559,0
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	38.300,91	40.591,79	151,0
Outras Amortizações	4.670.000,00	4.565.000,00			408,0
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00			
Reserva de Contingência (E)					
DESPESA TOTAL (C+D)	163.018.100,00	163.018.100,00	29.680.722,95	40.222.916,82	154.032,6
SUPERÁVIT/DEFICIT (A+B-C-D)	6.466.026,00	5.910.210,12	-1.390.964,27	-11.933.158,94	18.374,6

Prefeito Municipal
Marco Aurélio de Souza

Contabilista CRC Nº 108.977
José Augusto Pereira Campos

(Artigos 53, §1º, Inciso I, e 38, §1º, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

ASIO
BB

Valores expressos em R\$

[illegible]

Responsável pelo Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDENCIA PRÓPRIA

(Artigo 53, §1º, Inciso II da LC 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE JACAREÍ

FUNDO/ENTIDADE INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE JACAREI

ANO DE 2001

Valores expressos em R\$

ANO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
2002	6.764.098,31	5.539.208,28	1.224.890,03
2003	6.349.820,77	5.640.315,06	709.505,71
2004	5.901.110,30	5.930.877,97	-29.767,67
2005	5.501.599,65	6.068.762,45	-567.162,80
2006	5.095.098,84	6.284.105,05	-1.189.006,21
2007	4.761.916,55	6.337.189,03	-1.575.272,48
2008	4.369.841,34	6.684.186,25	-2.314.344,91
2009	3.990.625,22	6.990.574,87	-2.999.949,65
2010	3.695.187,98	7.117.769,08	-3.422.581,10
2011	3.370.538,20	7.320.723,75	-3.950.185,55
2012	3.044.321,92	7.634.335,54	-4.590.013,62
2013	2.751.876,66	7.828.120,39	-5.076.243,73
2014	2.523.807,77	7.840.822,25	-5.317.014,48
2015	2.265.822,83	8.097.636,80	-5.831.813,97
2016	2.008.670,29	8.411.532,42	-6.402.862,13
2017	1.830.920,15	8.307.207,71	-6.476.287,56
2018	1.642.140,76	8.305.453,52	-6.663.312,76
2019	1.450.078,99	8.382.937,57	-6.932.858,58
2020	1.271.764,52	8.432.377,10	-7.160.612,58
2021	1.161.772,07	8.113.682,82	-6.951.910,75
2022	1.020.187,39	8.045.458,80	-7.025.271,41
2023	902.973,10	7.859.557,71	-6.956.584,61
2024	816.685,50	7.531.608,74	-6.714.923,24
2025	716.268,29	7.338.441,17	-6.622.172,88
2026	632.973,14	7.077.343,50	-6.444.370,36
2027	557.925,07	6.799.986,20	-6.242.061,13
2028	504.693,12	6.420.253,36	-5.915.560,24
2029	443.613,42	6.129.064,36	-5.685.450,94
2030	394.630,54	5.790.492,96	-5.395.862,42
2031	355.306,67	5.424.891,05	-5.069.584,38
2032	311.066,07	5.126.589,04	-4.815.522,97
2033	275.324,13	4.800.595,66	-4.525.271,53
2034	246.135,04	4.459.275,55	-4.213.140,51
2035	224.220,20	4.099.374,78	-3.875.154,58
2036	201.030,29	3.779.753,45	-3.578.723,16

Nome do Atuário Responsável / Registro nº:

RITA PASQUAL ANZOLIN - ATUARIAL-MIBA 822

Prefeito Municipal

Responsável pelo Controle Interno

Contabilista - CRC Nº

4817
BB

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

ANO DE 2001

Valores expressos em R\$

valores expressos em R\$		
1. Resultado da Execução do Orçamento	ACRÉSCIMOS	REDUÇÕES
Superávit		
Déficit		
2. Ativo Permanente	0,00	0,00
Bens Móveis		
Bens Imóveis		
Obras e Instalações		
Títulos e Valores		
Dívida Ativa		
Outros Créditos		
3. Passivo Permanente	0,00	0,00
Empréstimos		
Outras Dívidas (Previdência Própria , INSS, FGTS)		
4. TOTAIS	0,00	0,00
5. RESULTADO PATRIMONIAL	VARIACÃO POSITIVA =	0,00

[illegible][illegible]

Responsável pelo Controle Interno

DECLARAÇÃOAo
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULOPREFEITURA MUNICIPAL DE JACARET
EXERCÍCIO DE 2.0004813
188

1) Disponibilidade de Caixa e Bancos em 31/12/2000

R\$ 1.783.665,432) Houve valores inscritos em Restos a Pagar referentes aos
empenhos emitidos no exercício de 2000?
() NAO () SIM

Os valores inscritos estão compostos da seguinte forma:

a) Empenhados no período de 01/01/2000 a 04/05/2000
Liquidados
Não LiquidadosR\$ 4.052.009,05
R\$ 1.009.856,45b) Empenhados no período de 05/05/2000 a 18/10/2000
Liquidados
Não liquidadosR\$ 1.107.860,73
R\$ 974.794,36c) Empenhados no período de 19/10/2000 a 31/12/2000
Liquidados
Não liquidadosR\$ 8.211.314,73
R\$ 1.736.348,01

Total.....

R\$ 17.092.183,333) Houve Cancelamento de Restos a Pagar por insuficiência financeira?
(x) NAO () SIM

O valor total cancelado por insuficiência financeira está composto da seguinte forma:

a) Cancelamento ref. empenhos liquidados

R\$ 0,00

b) Cancelamento ref. empenhos não liquidados

R\$ 0,00

Total.....

R\$ 0,004) Houve anulação de empenhos liquidados, emitidos
entre 05/05/2000 e 18/10/2000? (x) NAO () SIMR\$ 0,005) Houve anulação de empenhos liquidados, emitidos
entre 19/10/2000 e 31/12/2000 (x) NAO () SIMR\$ 0,006) Houve anulação de empenhos NÃO liquidados, emitidos
em 2.000 (em qualquer data) ou emitidos anteriormente?
(x) NAO () SIMR\$ 0,00

7) Informar o total dos Restos a Pagar existente em 31/12/2000:

Referentes ao exercício de 1999

R\$ 7.497.688,58

Referentes ao exercício de 1998

R\$ 15.032.593,37

Referentes ao exercício de 1997

R\$ 4.177.833,03

Referentes ao exercício de 1996 e anteriores

R\$ 54.508.261,21

Total.....

R\$ 81.216.376,19

A presente declaração é emitida sob as penas da lei.

Data, nome e assinatura do responsável.

JACARET-SP, 08 DE FEVEREIRO DE 2.002

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS - CRC 108.977

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - SP - CEP: 01017-906 PABX 258-3266
INTERNET: www.tce.sp.gov.br E-MAIL: gp@tce.sp.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

4814
30
Fl. n.º 143
TC-1932/326/01
Proc. Vera Navas

PROCESSO: TC – 1932/326/01
PODER: EXECUTIVO
MUNICÍPIO: JACAREÍ
PREFEITO MARCO AURÉLIO DE SOUZA
ASSUNTO: Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Instruções n.º 1/00 e Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000.
PERÍODO: 6º BIMESTRE/3º QUADRIMESTRE/2º SEMESTRE
RELATOR: Dr. ROBSON MARINHO
INSTRUÇÃO: DSF I – UR-7

Senhor Diretor Substituto,

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, nas Instruções n.º 1/00 e na Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000, temos a informar o seguinte:

1 – POPULAÇÃO/ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.

1.1 – POPULAÇÃO.

De acordo com dados extraídos do programa SIAP, trata-se de município com população superior a 50.000 habitantes.

1.2 – ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.

A entidade em tela procedeu ao encaminhamento integral da documentação exigida na legislação acima mencionada dentro do prazo legal e constantes dos itens abaixo enumerados:

- 01 - Relatório Res. da Execução Orçamentária - RREO Mod 1
- 02 - Anexo I ao RREO - R.E.O.Poderes/Orgãos
- 03 - Despesas por Funções e Subfunções - Mod 2 DFSF
- 04 - Receita Corrente Líquida - RCL Mod 3
- 05 - Receitas e Despesas Previdenciárias - Mod 4
- 06 - Resultados Nominal e Primário - Mod 5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 144
TC-1932/326/01
Proc. Vera Navas

- 07 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Mod 6
- 12 - Anexo I RGF - Despesas com Pessoal Mod 10-DDPP
- 08 - Comparativo das Op. de Créd. e Desp. de Cap. - Mod 7
- 09 - Dem. das Proj. Atuariais Reg. Prev. Própria- Mod 8
- 10 - Aplicação de Recursos por Alienação de Ativos - Mod 9
- 11 - Relatório da Gestão Fiscal - RGF Mod 10
- 14 - Comprovantes das Publicações

2 -ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 -ANÁLISE DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS

De acordo com o relatório apresentado pelo Poder Executivo Municipal, a receita do período se comportou da seguinte forma:

Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Variação
R\$ 28.245.687,67	R\$ 28.289.758,68	-R\$ 44.071,01

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que a arrecadação da receita superou a sua previsão, o que pode evidenciar, conforme o caso, uma estimativa subavaliada, podendo configurar a inobservância ao disposto no artigo 30 da Lei Federal n.º 4.320, de 17.3.64.

2.2 -ANÁLISE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o relatório apresentado pelo Poder Executivo Municipal, a execução orçamentária apresentou-se da seguinte forma:

A - Valores do Período

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
R\$ 28.289.758,68	R\$ 29.680.722,95	-R\$ 1.390.964,27

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que ocorreu um déficit na execução orçamentária.

Observa-se que os valores empenhados neste período foram menores do que os valores liquidados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 145
TC-1932/326/01
Proc. Vera Navas

Receitas Realizadas	Despesas Liquidadas	Variação
R\$ 28.289.758,68	R\$ 40.222.915,62	-R\$ 11.933.156,94

Com base nos valores acima demonstrados, onde consideramos as despesas liquidadas em comparação com as receitas arrecadadas, obtem-se um resultado deficitário.

B - Valores Acumulados

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado Acumulado da Execução	% Variação
R\$ 172.407.265,01	R\$ 154.032.664,47	R\$ 18.374.600,54	10,66

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que a gestão orçamentária no período examinado processou-se de forma regular, não sendo, portanto, necessária a emissão de alerta.

Receitas Realizadas	Despesas Liquidadas	Variação
R\$ 172.407.265,01	R\$ 149.124.269,07	R\$ 23.282.995,94

Com base nos valores acima demonstrados, onde consideramos as despesas liquidadas em comparação com as receitas arrecadadas, obtem-se um resultado de superavitário.

Despesas Fixadas	Despesas Empenhadas	Resultado Acumulado	% Variação
R\$ 163.018.100,00	R\$ 154.032.664,47	R\$ 8.985.435,53	05,51

Conforme valores acima, comparando-se as despesas empenhadas com as autorizadas (sendo estas últimas demonstradas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Mod 1), as despesas empenhadas foram inferiores as autorizadas.

**2.3 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA –
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	%
R\$ 12.015.324,91	R\$ 6.528.357,58	R\$ 5.486.967,33	45,67



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

Fl. n.º 146
TC-1932/326/01
Proc. Vera Navas

De acordo com os dados demonstrados no Demonstrativo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, observamos que o resultado apurado evidenciou o superávit de 45,67%.

2.4 - RESTOS A PAGAR

	2000	2001	Variação	
			R\$	%
Restos a Pagar	99.628.046,09	13.657.555,55	85.970.490,54	86,29
Disponibilidades	1.783.665,43	41.118.652,32	39.334.986,89	2.205,29
Liquidez financeira	-97.844.380,66	27.461.096,77		

Os dados acima foram extraídos do Demonstrativo VI - Demonstrativo dos Restos a pagar, documento de folhas 125.

Salientamos, porém, que não foi computado no Demonstrativo dos Restos a Pagar – Modelo VI (fls 125) e nem no Relatório de Gestão Fiscal – Modelo 10 (fls 126 a 129), o valor de Inscrição de Restos a Pagar do exercício 2001.

No Relatório de Gestão Fiscal – Modelo 10, documento de folhas 126 a 129, a Administração deixou de indicar os valores das disponibilidades financeiras em 31/12/01.

2.5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de crédito (exceto ARO)	R\$	0,00
(-) Despesas de Capital Líquidas	R\$	0,00
Resultado Apurado	R\$	0,00

Conforme quadro acima, verificamos que o Órgão não realizou operações de crédito e nem despesas de capital.

2.6 - A.R.O.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal apresentado, constatamos que durante o exercício não houve realização de A.R.O.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

4818/BB
Fl. n.º 147
TC-1932/326/01
Proc. Vera Navas

**2.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES
DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

De acordo com o Demonstrativo de Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, constatamos que durante o exercício não houve aplicação de recursos decorrentes da alienação de ativos no município.

2.8 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

Ficamos impossibilitados de analisar este item, tendo em vista da Administração não ter informado o valor de Serviços de Terceiros dos exercícios 2000 e 2001, no Relatório de Gestão Fiscal, documento de folhas 126 a 129.

3.-DESPESAS COM PESSOAL.

Gastos em 1999	R.C.L. 1999	Percentual 1999
R\$ 59.916.852,75	R\$ 122.416.393,49	48,95

A tabela acima nos dá conta dos gastos com pessoal ocorridos no exercício de 1999, ponto de partida da análise dos gastos com pessoal.

À vista do disposto no artigo 59, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, procedemos à verificação dos gastos com pessoal no Quadrimestre ora analisado, tendo constatado o seguinte:

Gastos	R.C.L.	Percentual	Limite Permitido	Varição
R\$ 69.234.165,23	R\$ 154.091.416,56	44,93	54,00	-09,07

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal está dentro dos limites previstos no art. 71 e no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista o percentual apurado acima não ter ultrapassado aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

CONCLUSÃO.

Relacionamos abaixo as irregularidades encontradas quando da análise efetuada na documentação encaminhada pela entidade:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

A219
/85


Fl. n.º	148
	TC-1932/326/01
Proc.	Vera Navas

- . Ocorrência de estimativa subavaliada da Receita no período (6º bimestre);
- . Ausência de informação do Valor de Inscrição de Restos a Pagar do exercício em exame no Modelo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar e no Relatório de Gestão Fiscal - Modelo 10.
- . Falta de informação dos valores de Serviços de Terceiros no Relatório de Gestão Fiscal.

A conclusão está embasada única e exclusivamente nos demonstrativos encaminhados, não podendo constituir-se em uma análise definitiva de auditoria, face a não verificação dos documentos de despesas e demais registros contábeis, que deverão ser verificados quando da fiscalização "in loco" na referida Prefeitura, para análise das contas do exercício de 2001.

Diante das informações, no cumprimento da Ordem de Serviço SDG retro mencionada, submetemos o presente feito a consideração de Vossa Senhoria, opinando para que este seja devolvido a **Equipe de Fiscalização 7.1**.

UR-7 SJCampos, 11 de abril de 2002.


VERA LUCIA JURADO NAVAS VIANA
Agente da Fiscalização Financeira
Responsável pela Equipe Técnica 7.4 - Substituta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

4820
149

Fl. n.º	149
TC-1932/326/01	
Proc.	Vera Navas

PROCESSO: TC - 1932/326/01

PODER: EXECUTIVO

MUNICÍPIO: JACAREÍ

PREFEITO MARCO AURÉLIO DE SOUZA

ASSUNTO: Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Instruções n.º 1/00 e Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000.

PERÍODO: 6º BIMESTRE/3º QUADRIMESTRE/2º SEMESTRE

RELATOR: Dr. ROBSON MARINHO

INSTRUÇÃO: DSF I – UR-7

Diante da análise da matéria, verifica-se que o Poder em questão cumpriu regularmente o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e nas Instruções n.º 1/00.

Em relação aos limites estabelecidos no artigo 59, §1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, efetuamos as análises possíveis e constatamos não haver necessidade de alerta.

Assim sendo, em cumprimento ao determinado no item 3 do inciso IX da Ordem de Serviço SDG n.º 05/2000, o presente feito deverá ser arquivado juntamente com a documentação do respectivo órgão, para servir de subsídio às contas do exercício que será apreciado.

Antes, porém, à **Equipe Técnica 7.1**, responsável pelo acompanhamento do presente feito, para elaboração de relatório dos fatos ocorridos (ou cópias das informações pertinentes) a ser juntado no Acessório 3 deste mesmo Poder, do exercício que está sendo acompanhado, para subsidiar futuros exames e para o controle das medidas corretivas adotadas pelo Poder, e ainda, ao Setor de Expediente desta Unidade Regional para juntada eletrônica dos TC's n.ºs 3323/007/01 e 438/007/02.

UR-7 São José dos Campos, em 11 de abril de 2.002

JOSÉ RUBENS MONTEIRO
Diretor da UR.7 - Substituto
Diretor da UR.7



Prefeitura Municipal de Jacareí

Anexo 12

Balanço Orçamentário

Exercício de 2001

Especificações	Receitas		Diferença	Créditos	Despesas		Diferença
	Previsão	Execução			Fixada	Empenhada	
RECEITAS CORRENTES							
Receita Tributária	19.719.000,00	18.738.475,46	-980.524,54	Orçamentários e Suplementares	35.402.412,71	133.851.887,04	-1.550.525,67
Receita Patrimonial	92.100,00	1.144.223,68	1.052.123,68	Créditos Especiais	1.241.687,29	860.601,88	-381.085,41
Transferências Correntes	107.008.000,00	116.999.102,50	9.991.102,50	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	6.263.000,00	5.143.109,10	-1.119.890,90	Total das Despesas	136.644.100,00	134.712.488,92	-1.931.611,08
Sub-Total :	133.082.100,00	142.024.910,74	8.942.810,74	Superávit	38.000,00	7.711.985,85	7.673.985,85
				Total	136.682.100,00	142.424.474,77	5.742.374,77

RECEITAS DE CAPITAL

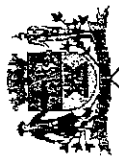
Transferências De Capital	3.600.000,00	399.564,03	-3.200.435,97
Sub-Total :	3.600.000,00	399.564,03	-3.200.435,97
Total das Receitas	136.682.100,00	142.424.474,77	5.742.374,77
Total	136.682.100,00	142.424.474,77	5.742.374,77

José Augusto P. Campos
Chefe Div. Contabilidade

Claudia Castello B. Lima
Secretária de Finanças

Marco Aurélio de Souza
Prefeito do Município

Feito em 160
Pela TC 1932/2001
Ass. 2001



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balanco Financeiro

Exercício de 2001

Receita	168.224.925,28
Receita Orcamentaria	142.424.474,77
Receita Realizada	142.424.474,77
Receitas Correntes	142.024.910,74
Receita Tributaria	18.738.475,46
Receita Patrimonial	1.144.223,68
Transferencias Correntes	116.999.102,50
Outras Receitas Correntes	5.143.109,10
Receitas De Capital	399.564,03
Transferencias De Capital	399.564,03
Receita Extra-Orcamentaria	24.016.785,08
Restos A Pagar	14.678.968,24
Empenhos A Pagar Do Exercicio Nao Processados	5.487.820,61
Empenhos A Pagar Do Exercicio Processados	9.191.147,63
Realizavel	9.337.816,84
Depósitos E Cauções	20.923,75
Diversos	20.923,75
Consignações	968.047,47
Seguros	968.047,47
Sindicato	3.247,93
Sindicato	3.247,93
Pensão Alimenticia	256.852,51
Pensão Alimenticia	256.852,51
Convenios Assistência Médica	1.358.769,45
Convenios Assistência Médica	1.358.769,45
Cooperativas	175.627,80
Cooperativas	175.627,80
Cooperativas	464.870,53
Cooperativas	464.870,53
Convenios	1.092.670,24
Convenios	1.092.670,24
Contribulcoes Previdenciarias	4.618.268,37
Inss	4.618.268,37
Outras Consignacoes	
Outras Consignacoes	



Prefeitura Municipal de Jacareí

Anexo 17

Demonstração da Dívida Flutuante - Analítico

Prestação de Contas

Exercício de 2001

Discriminação	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo p/o Exercício Seguinte
		Inscrição	Cancelamento	
RESTOS A PAGAR				
De 1996	54.508.261,21	0,00	54.508.261,21	0,00
De 1997	4.177.833,03	0,00	4.117.016,34	30.719,76
De 1998	15.032.593,37	0,00	9.880.513,90	840.089,40
De 1999	7.497.688,58	0,00	4.645.780,78	389.604,43
De 2000	17.092.183,33	0,00	245.734,29	9.970.187,16
De 2001	0,00	14.678.968,24	0,00	14.678.968,24
SUB TOTAL	98.308.559,52	14.678.968,24	73.397.306,52	28.359.620,49
DEPÓSITOS				
DEPÓSITOS E CAUÇÕES				
Cauções	90.250,66	20.923,75		7.561,75
SUB TOTAL	90.250,66	20.923,75		103.612,66
DEBITOS DE TESOURARIA				
CONSIGNAÇÕES				
Cosesp - Cia De Seguros Do Spaulo	18.871,57	122.064,38		133.219,80
Capemi-Cxa. De Pec.Pensões E Mont.Benef.	78.610,40	818.469,64		895.825,86
Maritima Seguros	1.298,88	13.922,48		15.120,82
Federal De Seguros S.A.	1.322,01	13.590,97		14.713,70
SUB TOTAL	100.102,86	968.047,47	1.058.880,18	9.270,15
Contribuição Sindical				
	35.753,62	3.247,93		85,69
				38.915,86

Assinatura:
Data: 10/1932/2001



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balanco Financeiro

Exercicio de 2001

Credores Diversos	117.144,87
Outros Creditos	117.144,87
Realizavel	261.393,92
Creditos Diversos	261.393,92
Saldo Do Exercicio Anterior	1.783.665,43
Disponivel	1.783.665,43
Bancos	1.783.665,43
Movimento	242.470,46
Vinculada	1.532.310,99
Aplicacao	8.883,98
Despesa	168.224.925,28
Despesa Orcamentaria	134.712.488,92
Despesa Realizada Por Funcao	134.712.488,92
Legislativa	6.253.379,00
Administracao	15.103.411,10
Seguranca Publica	3.156.640,89
Assistencia Social	2.620.873,84
Previdencia Social	4.238.736,99
Saude	34.154.825,70
Educacao	43.871.445,32
Cultura	1.105.588,48
Urbanismo	21.611.080,52
Habitacao	128.478,94
Saneamento	81.289,01
Gestao Ambiental	576.452,15
Agricultura	435.250,00
Industria	22.500,00
Desporto E Lazer	1.352.536,98
Despesa Extra-Orcamentaria	20.563.476,04
Realizavel	9.332.875,29
Depositos E Caucoes	7.561,75
Diversos	7.561,75
Consignacoes	1.058.880,18
Seguros	1.058.880,18

Pagina 15
Proc. 10.1932/326/01

1824
68



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balanco Financeiro

Exercicio de 2001

Sindicato	85,69
Sindicato	85,69
Pensão Alimentícia	340.623,33
Pensão Alimentícia	340.623,33
Convenios Assistência Médica	1.477.577,97
Convenios Assistência Médica	1.477.577,97
Cooperativas	34.558,54
Cooperativas	34.558,54
Convenios	506.547,33
Convenios	506.547,33
Contribuicoes Previdenciarias	441.949,77
Contribuicoes Previdenciarias	441.949,77
Inss	441.949,77
Inss	441.949,77
Outras Consignacoes	5.208.366,89
Outras Consignacoes	5.208.366,89
Credores Diversos	117.184,52
Credores Diversos	117.184,52
Outros Creditos	139.539,32
Outros Creditos	139.539,32
Realizavel	139.539,32
Realizavel	139.539,32
Creditos Diversos	11.230.600,75
Creditos Diversos	11.230.600,75
Despesa De Exercicios Anteriores	11.230.600,75
Despesa De Exercicios Anteriores	11.230.600,75
Restos A Pagar Processados	11.230.600,75
Restos A Pagar Processados	11.230.600,75
Restos A Pagar De 1997	30.719,76
Restos A Pagar De 1997	30.719,76
Restos A Pagar De 1998	840.089,40
Restos A Pagar De 1998	840.089,40
Restos A Pagar De 1999	389.604,43
Restos A Pagar De 1999	389.604,43
Restos A Pagar De 2000	9.970.187,16
Restos A Pagar De 2000	9.970.187,16
Saldo P/Exercicio Seguinte	12.948.960,32
Saldo P/Exercicio Seguinte	12.948.960,32
Disponivel	12.948.960,32
Disponivel	12.948.960,32
Bancos	12.948.960,32
Bancos	12.948.960,32
Movimento	2.145.469,12
Movimento	2.145.469,12
Vinculada	3.924.045,18
Vinculada	3.924.045,18
Aplicacao	6.879.446,02
Aplicacao	6.879.446,02

Total 4825
Pág. 10 1432 1326(01)



Prefeitura Municipal de Jacareí

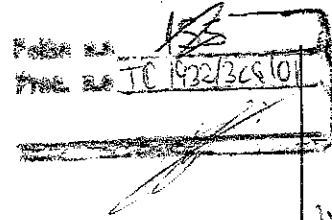
Anexo 02

Consolidado por Natureza da Despesa Sintético

Demonstrativo da Despesa Realizada

Exercício de 2001

Categoria Econômica	Especificação	Elemento(4)	Elemento (3)	Sub_Categoria Econômica (2)	Categoria Econômica (1)
300000	DESPESAS CORRENTES				130.437.138,13
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			66.468.003,18	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		66.468.003,18		
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA			1.165.840,68	
329000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.165.840,68		
341100	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS A AUTARQUIAS E FUNDACOES	1.186.877,49			
342000	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		18.317,07		
343000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		13.283.222,03		
345000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.089.920,68		
349000	APLICAÇÕES DIRETAS		46.244.957,00		
400000	DESPESAS DE CAPITAL				4.275.350,79
450000	INVESTIMENTOS			3.848.438,27	
459000	APLICAÇÕES DIRETAS		3.848.438,27		
479000	APLICAÇÕES DIRETAS		426.912,52		
Total das Categorias :					134.712.488,92





Prefeitura Municipal de Jacareí

Anexo 02

Consolidado por Natureza da Despesa por Órgão

Demonstrativo da Despesa Realizada

Exercício de 2001

Órgão:	01 - LEGISLATIVO				
Categoria Econômica	Especificação	Elemento(4)	Elemento (3)	Sub_Categoria Econômica (2)	Categoria Econômica (1)
300000	DESPESAS CORRENTES				
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		4 356 271,97		
349000	APLICAÇÕES DIRETAS		840 638,60	4.356.271,97	5.196.910,57
400000	DESPESAS DE CAPITAL				
450000	INVESTIMENTOS				
459000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.056.468,43	1.056.468,43	1.056.468,43
Total do Órgão :					6.253.379,00

Órgão:	02 - EXECUTIVO				
Categoria Econômica	Especificação	Elemento(4)	Elemento (3)	Sub_Categoria Econômica (2)	Categoria Econômica (1)
300000	DESPESAS CORRENTES				
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		867.049,06		
341100	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS A AUTARQUIAS E FUNDACOES	1.105.588,48			
349000	APLICAÇÕES DIRETAS		629 337,39	867.049,06	2.601.974,93
400000	DESPESAS DE CAPITAL				
450000	INVESTIMENTOS				
459000	APLICAÇÕES DIRETAS		26.545,41	26.545,41	26.545,41
Total do Órgão :					2.628.520,34

186
TC 1932/328/01
4827
BB



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balancete da Receita referente ao Período de 01/01/2001 a 31/12/2001

Orçamentária

Exercício de: 2001

CLASSIFICAÇÃO	RUBR	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	NO MÊS		RECEITA ARRECADADA		RECEITA ORÇADA		%	DIFERENÇAS
				%		NO ANO		%		
1993.24.00.00	0148	OUT. REC. VALE REFEICAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1993.25.00.00	0149	OUT REC DOACAO LABORATORIO -S.E.R	480,00	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00
2000.00.00.00	0111	RECEITAS DE CAPITAL	399.564,03	0,28	399.564,03	0,28	3.800.000,00	0,28	2,63	-3.200.435,97
2400.00.00.00	0110	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	399.564,03	0,28	399.564,03	0,28	3.800.000,00	0,28	2,63	-3.200.435,97
2420.00.00.00	0109	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMEN	399.564,03	0,28	399.564,03	0,28	3.800.000,00	0,28	2,63	-3.200.435,97
2421.00.00.00	0108	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	399.564,03	0,28	399.564,03	0,28	3.800.000,00	0,28	2,63	-3.200.435,97
2421.09.00.00	0107	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	399.564,03	0,28	399.564,03	0,28	3.800.000,00	0,28	2,63	-3.200.435,97
2421.09.01.00	0077	MIN. SAUDE CONSTR.HOSPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,37	-500.000,00
2421.09.02.00	0078	HABITAR-BRASIL	54.088,70	0,04	54.088,70	0,04	800.000,00	0,04	0,59	-745.931,30
2421.09.03.00	0079	PRODURE	345.495,33	0,24	345.495,33	0,24	300.000,00	0,24	0,22	45.495,33
2421.09.04.00	0080	BARRAGEM DO TURI	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	1,46	-2.000.000,00
Total Geral:			142.424.474,77	100,00	142.424.474,77	100,00	136.682.100,00	100,00		5.742.374,77

José Augusto R Campos

Cláudia Castello Branco Lima
Secretária de Finanças

Marco Aurélio de Souza
Procurador Municipal de Jacareí

Forma 2.0
Proc. 2.0
TO 1932/326/01

4828
BB



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balancete da Receita referente ao Período de 01/01/2001 a 31/12/2001

Orçamentária

Exercício de: 2001

CLASSIFICAÇÃO	RUBR	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA ARRECADADA		RECEITA ORÇADA		%	DIFERENÇAS
			NO MÊS	%	NO ANO	%		
1000.00.00.00	0004	RECEITAS CORRENTES	142.024.910,74	99,72	142.024.910,74	99,72	97,37	8.942.810,74
1100.00.00.00	0132	RECEITA TRIBUTARIA	18.738.475,46	13,16	18.738.475,46	13,16	14,43	-980.524,54
1110.00.00.00	0136	IMPOSTOS	16.910.996,02	11,87	16.910.996,02	11,87	13,39	-1.389.003,98
1112.00.00.00	0137	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A	8.446.579,18	5,93	8.446.579,18	5,93	7,61	-1.953.420,82
1112.02.00.00	0138	IMPOSTO SOBRE PROPR.PREDIAL E	7.354.448,09	5,16	7.354.448,09	5,16	6,80	-1.945.551,91
1112.02.01.00	0001	IMPOSTO PREDIAL	5.770.323,56	4,05	5.770.323,56	4,05	5,27	-1.429.676,44
1112.02.02.00	0002	IMPOSTO TERRITORIAL URBANO	1.584.124,53	1,11	1.584.124,53	1,11	1,54	-515.875,47
1112.08.00.00	0003	IMP.TRANSM.INTERV.BENS IM.DIR.	1.092.131,09	0,77	1.092.131,09	0,77	0,80	-7.868,91
1113.00.00.00	0135	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E CIR	8.464.416,84	5,94	8.464.416,84	5,94	5,78	564.416,84
1113.05.00.00	0004	IMP.S/SERVICO QUALQUER NATUREZ	8.464.416,84	5,94	8.464.416,84	5,94	5,78	564.416,84
1120.00.00.00	0134	TAXAS	1.785.082,05	1,25	1.785.082,05	1,25	1,00	413.082,05
1121.00.00.00	0133	TAXAS EXERCICIO DO PODER DE PO	737.869,91	0,52	737.869,91	0,52	0,74	-267.130,09
1121.01.00.00	0005	TAXAS LOCALIZACAO DE ESTABELEC	35.647,97	0,03	35.647,97	0,03	0,02	6.647,97
1121.02.00.00	0006	TAXAS DE RENOVACAO DE LICENCA	577.558,11	0,41	577.558,11	0,41	0,63	-277.441,89
1121.03.00.00	0007	TAXAS FUNCIONAMENTO HORARIO ES	92,92	0,00	92,92	0,00	0,00	-907,08
1121.04.00.00	0008	TAXAS DE EXERCICIO EVENTUAL OU	20.079,36	0,01	20.079,36	0,01	0,01	9.079,36
1121.05.00.00	0009	TAXAS DE PUBLICIDADE	58.796,06	0,04	58.796,06	0,04	0,06	-21.203,94
1121.06.00.00	0010	TAXAS LIC.P/OCUP.SOLO VIAS E L	25.441,01	0,02	25.441,01	0,02	0,02	-3.558,99
1121.07.00.00	0091	TAXA FISC FUNCIONAMENTO - FMS	20.254,48	0,01	20.254,48	0,01	0,00	20.254,48
1122.00.00.00	0106	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVIC	1.047.212,14	0,74	1.047.212,14	0,74	0,27	680.212,14
1122.01.00.00	0011	TAXAS DE EXPEDIENTE	199.345,23	0,14	199.345,23	0,14	0,14	4.345,23
1122.02.00.00	0012	TAXAS DE SERVICOS URBANOS	750.193,13	0,53	750.193,13	0,53	0,07	650.193,13
1122.03.00.00	0013	TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	97.673,78	0,07	97.673,78	0,07	0,05	25.673,78
1130.00.00.00	0014	CONTRIBUICOES DE MELHORIA	42.397,39	0,03	42.397,39	0,03	0,03	-4.602,61
1300.00.00.00	0105	RECEITA PATRIMONIAL	1.144.223,68	0,80	1.144.223,68	0,80	0,07	1.052.123,68
1310.00.00.00	0104	RECEITAS IMOBILIARIAS	54.433,96	0,04	54.433,96	0,04	0,04	1.433,96
1311.00.00.00	0015	ALUGUEIS	54.433,96	0,04	54.433,96	0,04	0,04	1.433,96
1320.00.00.00	0103	RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS	342,51	0,00	342,51	0,00	0,00	-357,48
1322.00.00.00	0016	DIVIDENDOS	152,99	0,00	152,99	0,00	0,00	-347,01
1323.00.00.00	0017	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	189,52	0,00	189,52	0,00	0,00	-10,48
1390.00.00.00	0102	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.089.447,21	0,76	1.089.447,21	0,76	0,03	1.051.047,21
1390.01.00.00	0018	RENDIMENTOS S/APLICACOES	948.071,40	0,67	948.071,40	0,67	0,02	925.071,40
1390.02.00.00	0019	RENDIMENTOS S/APLICACOES - FMS	137.203,08	0,10	137.203,08	0,10	0,00	131.803,08
1390.03.00.00	0020	RENDIMENTOS S/APLICACOES FUNDE	4.172,73	0,00	4.172,73	0,00	0,01	-5.827,27

1432/326/01
A829
33



Prefeitura Municipal de Jacareí

Balancete da Receita referente ao Período de 01/01/2001 a 31/12/2001

Orçamentária
Exercício de: 2001

CLASSIFICAÇÃO	RUBR	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA ARRECADADA		RECEITA ORÇADA		%	DIFERENÇAS
			NO MÊS	%	NO ANO	%		
1700.00.00.00	0101	TRANSFERENCIAS CORRENTES	116.999.102,50	82,15	116.999.102,50	82,15	78,29	9.991.102,50
1720.00.00.00	0100	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMEN	116.999.102,50	82,15	116.999.102,50	82,15	78,27	10.021.102,50
1721.00.00.00	0099	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	35.879.053,91	25,19	35.879.053,91	25,19	26,07	251.053,91
1721.01.00.00	0098	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNI	18.689.737,10	13,12	18.689.737,10	13,12	13,58	129.737,10
1721.01.02.00	0097	COTA PARTE FUNDO PART. MUNICÍPIO	13.403.944,55	9,41	13.403.944,55	9,41	8,41	1.903.944,55
1721.01.02.01	0021	FUNDO PARTIC. MUNIC. 85 %	11.174.722,12	7,85	11.174.722,12	7,85	7,15	1.399.722,12
1721.01.02.02	0022	FUNDO PARTIC. MUNIC. 15 %	2.229.222,43	1,57	2.229.222,43	1,57	1,26	504.222,43
1721.01.04.00	0023	TRANSF.IMP.RENDA RETIDO NAS FO	2.304.992,13	1,62	2.304.992,13	1,62	1,39	404.992,13
1721.01.05.00	0024	COTA-PARTE IMP.S/PROPR.TERRITO	32.838,72	0,02	32.838,72	0,02	0,02	2.838,72
1721.01.06.00	0025	TRANSF.IMP.RENDA RET.FONTE FMS	611.133,90	0,43	611.133,90	0,43	0,49	-58.866,10
1721.01.14.00	0096	DESONERACAO S/ICMS LEI KANDIR	2.336.827,80	1,64	2.336.827,80	1,64	3,26	-2.123.172,20
1721.01.14.01	0026	DESONERACAO S/ICMS 85 %	1.986.303,72	1,39	1.986.303,72	1,39	2,77	-1.804.696,28
1721.01.14.02	0027	DESONERACAO S/ICMS 15 %	350.524,08	0,25	350.524,08	0,25	0,49	-318.475,92
1721.09.00.00	0095	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	17.189.316,81	12,07	17.189.316,81	12,07	12,49	121.316,81
1721.09.01.00	0028	TRANSF.FINANC. EST., DISTR. FED. E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	-990.000,00
1721.09.02.00	0029	RECURSOS SUS GESTA. PLENA	5.056.894,96	3,55	5.056.894,96	3,55	4,51	-1.103.105,04
1721.09.03.00	0030	RECURSOS MERENDA PNAE	805.120,00	0,57	805.120,00	0,57	0,59	5.120,00
1721.09.04.00	0031	COTA-PARTE FUNDO MAN. DES. ENS. F	8.014.731,46	5,63	8.014.731,46	5,63	4,86	1.376.731,46
1721.09.05.00	0032	PROGRAMA SERV. ACOO CONTINUADA	2.629,74	0,00	2.629,74	0,00	0,26	-352.370,26
1721.09.06.00	0033	RECURSOS SUS - P A B	1.901.420,31	1,34	1.901.420,31	1,34	1,36	36.420,31
1721.09.07.00	0034	PROJETO A ID S II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	-260.000,00
1721.09.08.00	0083	FMS GESTAO ACOES EPID. CONT. DOE	266.088,84	0,19	266.088,84	0,19	0,00	266.088,84
1721.09.09.00	0086	RECURSO PESSOAS PORT. DEFICIE	199.300,00	0,14	199.300,00	0,14	0,00	199.300,00
1721.09.10.00	0087	RECURSO PIRANCA E ADOLECENTE	43.812,18	0,03	43.812,18	0,03	0,00	43.812,18
1721.09.11.00	0088	RECURSO COMPLEMENTANDO A RENDA	42.324,00	0,03	42.324,00	0,03	0,00	42.324,00
1721.09.12.00	0089	RECURSO FORTALECIMENTO DA FAMI	49.680,00	0,03	49.680,00	0,03	0,00	49.680,00
1721.09.13.00	0090	RECURSO PARA O IDOSO	35.100,00	0,02	35.100,00	0,02	0,00	35.100,00
1721.09.14.00	0144	CONV. REC. DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	1.100,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
1721.09.15.00	0145	CONV. ALTA COMPLEXIDADE FNS/MS	691.115,32	0,49	691.115,32	0,49	0,00	691.115,32
1721.09.16.00	0147	REC. FMS PM DE JACAREI FNS	80.000,00	0,06	80.000,00	0,06	0,00	80.000,00
1722.00.00.00	0131	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	81.120.048,59	56,96	81.120.048,59	56,96	52,20	9.770.048,59
1722.01.00.00	0130	PARTICIPACAO NAS RECEITAS DOS	76.566.514,54	53,76	76.566.514,54	53,76	49,57	8.816.514,54
1722.01.01.00	0129	COTA-PARTE IMP. S/CIRC. MERCAD	71.050.383,02	49,89	71.050.383,02	49,89	43,39	11.750.383,02
1722.01.01.01	0035	ICMS 85 %	60.392.825,60	42,40	60.392.825,60	42,40	36,88	9.987.825,60
1722.01.01.02	0036	ICMS 15 %	10.657.557,42	7,48	10.657.557,42	7,48	6,51	1.762.557,42



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Folha n.º 100
Proc. n.º TC 1432/326/01

Fl. n.º 133
TC-2631/326/2000
Proc. Vera Navas

. 6º Bimestre/3º Quadrimestre - Data de entrada: 16/02/01;

2. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS E
DEMONSTRATIVOS

2.1. DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com as informações colhidas na origem, verificamos que a despesa total com pessoal foi de R\$ 59.916.852,75, correspondendo a 48,95% da Receita Corrente Líquida apurada no mesmo período, que foi de R\$ 122.416.393,49.

À vista do disposto no art. 59, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, procedemos a verificação dos gastos com pessoal no exercício de 2000, constatando o seguinte:

Gastos com	R\$ 71.715.940,73	
pessoal	=	= 51,88%
<u>R.C.L.</u>	<u>R\$ 138.234.267,66</u>	

Planilha explicativa às folhas 103.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 101

Proc. TC 1932/326/01

PROCESSO: TC-1932/326/01

PODER: EXECUTIVO

MUNICÍPIO: JACAREÍ

ASSUNTO: ACESSÓRIO 3 - LEI DE RESPONSABILIDADE
FISCAL - INSTRUÇÕES N° 1/00 E ORDEM DE
SERVIÇO SDG N° 05/2000

PERÍODO: EXERCÍCIO DE 2001

RELATOR: DR. ROBSON MARINHO

INSTRUÇÃO POR: D.F. 7.4

1832
BB

Senhor Diretor Técnico,

Procedemos à análise nos termos da O.S. SDG 05/00 ressaltando, inicialmente, que constam às fls. 20/22, 43/45, 85/89 e 143/149 as informações da U.R.-7 acerca da matéria, das quais destacamos as seguintes falhas:

I) 1º Quadrimestre:

Não houve irregularidades.

II) 2º Quadrimestre

Ocorrência de estimativa subavaliada da Receita.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º

Proc.

1085
TC 1932/320/01

4883
BB

III) 3º Quadrimestre:

- Estimativa subavaliada da receita;
- Ausência de informação do Valor da Inscrição de Restos a Pagar do exercício em exame no Modelo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar e no Relatório de Gestão Fiscal - Modelo 10;
- Falta de informação dos valores de Serviços de Terceiros no Relatório de Gestão Fiscal;

IV - ANÁLISE ANUAL REALIZADA "IN LOCO"

IV.1 - ANÁLISE DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS

As demonstrações Financeiras da Prefeitura Municipal indicam que a receita do exercício de 2001 se comportou da seguinte forma:

Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Variação
R\$ 136.682.100,00	R\$ 142.424.474,77	R\$ 5.742.374,77
Fls. 150 dos autos		

De acordo com os dados acima demonstrados, observamos que a arrecadação da receita superou a sua previsão, o que pode evidenciar, conforme o caso, uma estimativa subavaliada, podendo configurar a inobservância ao disposto no artigo 30 da Lei Federal nº 4.320 de 17/3/64.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º

163

Proc.

TC 1932/326/01

IV.2 - ANÁLISE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4834
BB

As peças contábeis da Prefeitura nos demonstram a seguinte situação no encerramento do exercício:

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado acumulado da Execução	% Variação
R\$ 142.424.474,77	R\$ 134.712.488,92	7.711.985,85	5,41
fls. 150 dos autos			

De acordo com os dados acima, observamos que a gestão orçamentária no período examinado processou-se de forma regular, tendo sido, portanto, desnecessária a emissão de alerta.

Despesas Empenhadas	R\$ 134.712.488,92	FLS. 150
(-) Restos a Pagar não Processados 2001	R\$ 5.487.820,61	FLS. 151
(=) Despesas Liquidadas	R\$ 129.224.668,31	
Receitas Realizadas	Despesas Liquidadas	
R\$ 142.424.474,77	R\$ 129.224.668,31	13.199.806,46

Com base nos valores acima demonstrados, onde consideramos as despesas liquidadas em comparação com as receitas arrecadadas, obtém-se um resultado superavitário.

Despesas Fixadas	Despesas Empenhadas	Resultado acumulado da Execução	% Variação
R\$ 136.644.100,00	R\$ 134.712.488,92	-1.931.611,08	-1,41
fls. 150 dos autos			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 108Proc. TC 1932/326/01

Conforme valores acima, comparando-se as despesas empenhadas com as autorizadas, as despesas empenhadas foram inferiores às autorizadas.

IV.3 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Despesas	Resultado	%
R\$ 12.015.324,91	R\$ 6.528.357,58	5.486.967,33	45,67

De acordo com os dados indicados no Demonstrativo de fls. 123, observamos que o resultado apurado evidenciou o superávit de 45,67%.

IV.4- RESTOS A PAGAR

As demonstrações contábeis da Prefeitura registram a seguinte posição:

	2000	2001	Variação	
			R\$	%
Restos a Pagar (fls. 152)	98.308.559,52	28.359.620,49	-69.948.939,03	-71,15
Disponibilidades (fls. 153/154)	1.783.665,43	12.948.960,32	11.165.294,89	625,97
Liquidez financeira	-96.524.894,09	-15.410.660,17		

De acordo com os dados acima, o Município gerenciou favoravelmente o saldo de Restos a Pagar, diminuindo sua insuficiência financeira de R\$ 96.524.894,09 para R\$ 15.410.660,17.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º

105

Proc.

1932/320/01

IV.5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0,00
(-) Despesas de Capital Líquidas (fls. 155)	(-) R\$4.275.350,79
Resultado Apurado	(-) R\$4.275.350,79

Conforme quadro acima, verificamos que o Órgão realizou operações de crédito em valor inferior às despesas de capital líquidas, cumprindo o estabelecido no inciso II do artigo 167 da Constituição Federal.

IV.6 - A.R.O.

Não houve realização de A.R.O. no exercício de 2001.

IV.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Não constam nas receitas de Capital da entidade, recursos obtidos com alienação de ativos (fls. 157).

IV.8 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

O exame restou prejudicado em virtude de falha na classificação contábil, onde não foram registrados os elementos de despesas previstos na Portaria



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

4837
/88

Fl. n.º	160
Proc.	TC 1932/326/01

[Assinatura]

Interministerial 163/2001, adotada pelo Município para formalização de suas demonstrações contábeis.

Esclarecemos ainda que não foram escriturados os elementos previstos na normatização anterior, qual seja, o Adendo 4 à Portaria SOF nº 8 de 04/02/85 que havia regulamentado a Lei Federal 4.320/64 antes da Portaria retro mencionada.

Diante do exposto, restou infringido também, o artigo 15 da Lei 4.320/64 que reza: "Art. 15. Na Lei de Orçamento, a discriminação da despesa far-se à, no mínimo, por elementos".

IV.9 - DESPESAS COM PESSOAL.

As informações acerca das despesas com pessoal ofertadas pela Prefeitura conferem com as correspondentes Demonstrações Contábeis e indicam que as mesmas totalizaram, no exercício de 2001, a quantia de R\$ 69.234.165,23 (fls. 130).

Já em relação à Receita Corrente Líquida, esta auditoria apurou os seguintes valores:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º

Proc.

4838
38

16

101932/326/01

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR - R\$	FLS.
RECEITAS CORRENTES	142.024.910,74	158
(+) RECEITA CORRENTE PRÓPRIA DAS ENTIDADES DEPENDENTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - AUTARQUIAS	30.111.444,54	122
(-) VALOR RECEBIDO DO FUNDEF	(8.014.731,46)	159
(-) CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	(4.690.884,20)	122
(-) RECEITA DE COMPENSAÇÃO ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	
(=) TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	159.430.739,62	

Verificamos que houve divergência entre a apuração procedida pela auditoria e pela Prefeitura Municipal, tendo esta última apurado o montante de R\$ 154.091.416,56 (fls. 122).

Tal divergência se deu porque o executivo municipal considerou como Receita Corrente da Administração Direta, o valor de R\$ 142.022.083,62 (fls. 122), quando o balancete contábil de fls. 158 demonstra o valor de R\$ 142.024.910,74 e para apurar o montante da Receita Corrente Líquida devemos acrescentar a Receita Corrente da Administração Indireta no valor de R\$ 30.111.444,54 (fls. 122) e devemos deduzir os valores de R\$ 8.014.731,46 (fls. 159) e R\$ 4.690.884,20 (fls. 122), relativos, respectivamente, ao montante recebido do Fundef e à contribuição dos servidores ao regime próprio de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º ⁴⁸³⁹~~168~~

Proc. ¹²⁸~~TC 1932/326/01~~

previdência e, procedidos os cálculos, obtemos o valor de R\$ 159.430.739,62, conforme quadro retro demonstrado.

Contribuiu ainda, para a divergência retro mencionada, o fato de a Prefeitura subtrair da Receita Corrente, o valor de R\$ 13.351.227,40 (fls. 122), relativo ao valor retido ao Fundef, no entanto, o montante considerado deve ser o total recebido do Fundef de R\$ 8.014.731,46 (fls. 159), haja vista que houve perda nas operações com aquele fundo.

Assim sendo, tendo em vista que as despesas com pessoal atingiram o montante de R\$69.234.165,23, apuramos o percentual de 43,42% sobre a Receita Corrente Líquida que totalizou R\$ 159.430.739,62, portanto, atendido o disposto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00.

Em relação às despesas com pessoal e à Receita Corrente Líquida do Município referentes ao exercício anterior, nos reportamos aos cálculos ofertados pela auditoria no TC 2631/326/00 - Acessório 3 relativo às contas do exercício de 2000 (fls. 160), onde verificamos que as despesas de pessoal de 2000 correspondiam a 51,88% da Receita Corrente Líquida do Município. Este percentual acrescido de 10% conforme artigo 71 da L.C. 101/00, perfaz o percentual de 57,06% não aplicável ao presente caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

4840
25
Fl. n.º 108

Proc. TC/932/326/01

IV.10 - OUTRAS IRREGULARIDADES

- Concessão de subvenções sociais sem lei específica, infringindo o artigo 26 da Lei Complementar 101/00;

CONCLUSÃO

Diante da análise efetuada, verifica-se que o Poder em tela incorreu nas irregularidades abaixo destacadas:

Item I - 1º Quadrimestre: não houve irregularidades;

Item II - 2º Quadrimestre: irregularidades descritas no item próprio;

Item III - 3º Quadrimestre: irregularidades descritas no item próprio;

Item IV - ANÁLISE ANUAL REALIZADA "IN LOCO":

- Divergência no cálculo da Receita Corrente Líquida;
- demonstrativos contábeis confeccionados em desacordo com a Lei 4.320/64, causando dificuldades para apuração dos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

4841
BB

Fl. n.º	170
Proc.	TC 1932/326/01

[Handwritten signature]

prejudicando totalmente a apuração dos valores relativos aos serviços de terceiros previsto no artigo 72 da LC 101/00;

- Concessão de subvenções sem lei específica, infringindo o artigo 26 da L.R.F.

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-7.4, 01 de julho de 2002.

[Handwritten signature]

DENILSON DE ALCÂNTARA
Agente da Fiscalização Financeira

[Handwritten signature]

PEDRO ROGÉRIO C. PALOMARES
Agente da Fiscalização Financeira Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 27
TC-1932/326/01
Proc. 1842/BB

PROCESSO : TC-1932/326/01

PODER : Executivo

MUNICÍPIO : Jacareí

ASSUNTO : Acessório 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Instruções nº 1/00 e Ordem de Serviço SDG nº 05/2000

EXERCÍCIO : 2001

RELATOR : Dr. Robson Marinho

INSTRUÇÃO : GDF-7

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Em cumprimento aos termos da Ordem de Serviço SDG 05/2000, a DF-7.4 fez constar o resultado da análise efetuada, no seu relato de fls. 161/170 e no item 8 do relatório de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí (TC-1932/026/01), subsidiando, desta forma, o exame das respectivas contas.

À consideração de Vossa Excelência.

GDF-7, 18 de outubro de 2002.

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLO
Diretor Técnico

EAK/



4843
BB

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/2005

Rejeita as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001.

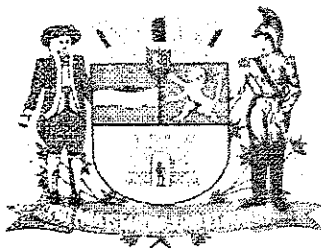
Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jacareí, 16 de dezembro de 2005.

ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR
PRESIDENTE

AUTORIA: MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO.



REJEITADO 4844/05

Câmara Municipal de Jacareí

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROCESSO Nº 182 DE 17.10.2005

Processo nº 182 de 17.10.2005

ASSUNTO: PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRAZO FATAL: 13 DE DEZEMBRO DE 2005

VOTAÇÃO ÚNICA

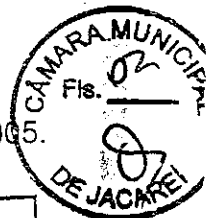
OBSERVAÇÃO: O PROCESSO COMPLETO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001, E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES VEREADORES NA SECRETARIA DA CÂMARA.

Aprovado em Discussão Única Em.....de.....de 2005..... Presidente	REJEITADO Em...13...de...12...de 2005..... Presidente
Aprovado em 1ª Discussão Em.....de.....de 2005..... Presidente	ARQUIVADO Em.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara
Aprovado em 2ª Discussão Em.....de.....de 2005..... Presidente	Retirado pelo Autor Em.....de.....de 2005..... Presidente
Adiado em.....de.....de 2005..... Para.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara	Adiado em.....de.....de 2005..... Para.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara
Encaminhado às Comissões nºs.: 1 e 2	Prazo das Comissões: 17/NOVEMBRO/2005




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

São Paulo, 07 de outubro de 2005.



Ofício GDF-4 nº 18 /2005
TC-1932/026/2001

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>1843</u> / <u>14</u> / <u>10</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACAREÍ

FUNÇÃOÁRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para comunicar Vossa Excelência que, nesta data, estamos encaminhando à Câmara Municipal o processo original versando sobre a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001 (TC-1932/026/01), contendo os seguintes volumes:

- TC-1932/026/01 (2 volumes e 7 anexos);
- TC-1932/126/01 – Acessório 1 / Ordem Cronológica de Pagamentos (1 volume);
- TC-1932/226/01 – Acessório 2 / Aplicação no Ensino (3 volumes);
- TC-1932/326/01- Acessório 3 / Lei de Responsabilidade Fiscal (1 volume);

Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.


Vitor Fernandes Cunha
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor
ANTONIOS YASSIF RAAD JUNIOR
DD Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO



São Paulo, 07 de outubro de 2005.

Ofício GDF-4 nº 17/2005

TC-1932/026/01

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia dos **PARECERES** emitidos pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, publicados no Diário Oficial do Estado de 30 de outubro de 2003, 08 de dezembro de 2004 e 27 de abril de 2005, respectivamente.

Comunicamos, ainda, que o processo original (TC-1932/026/01, 2 volumes e 7 anexos), bem como o Acessório 1 – Ordem Cronológica de Pagamentos (TC-1932/126/01 – 1 volume); Acessório 2 – Aplicação no Ensino (TC-1932/226/01 – 3 volumes) e Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal (TC-1932/326/01 – 1 volume), estão sendo encaminhados à Câmara Municipal.

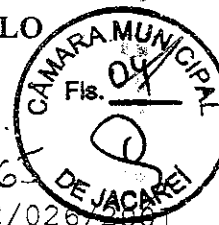
Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.


Vitor Fernandes Cunha
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor Doutor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
DD Prefeito Municipal de Jacareí



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 16
TC-001932/026/2001

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 19-08-2003

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a E. Câmara, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacareí, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

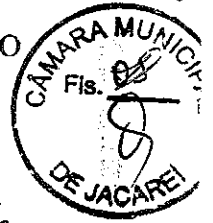
Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para:
 - a) redação e publicação do parecer;
 - b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
 - c) juntar ou certificar;
 - d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
 - e) cumprir o determinado no último parágrafo do voto do Relator;
- 3 - À SDG-4 para inclusão no acervo jurisprudencial;
- 4 - Ao GDF-4 para:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 166
TC-001932/026/2001

- a) cumprir o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator;
- b) os devido fins, encaminhando os autos à Câmara Municipal.

SDG-1, em 21 de agosto de 2003

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso

Conselheiro Robson Marinho
Primeira Câmara
Sessão: 19/8/2003



37 TC-001932/026/01

Prefeitura Municipal: Jacaré.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Período(s): (01-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeita Maria Cristina de Paula Machado.

Período(s): (01-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanha(m): TC-029621/026/01, TC-002448/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/326/01.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Aplicação no Ensino:	21.57% ¹
Ensino Fundamental:	13.77%
Aplicação na Saúde:	22.59%
Despesas com Pessoal e Reflexos:	43.42%
Superávit Orçamentário:	5.41%

Relatório

Em exame nos presentes autos as contas, relativas ao exercício de 2001, apresentadas pelo Prefeito do **Município de Jacaré**, cujo trabalho de inspeção coube à 7ª Diretoria de Fiscalização.

As falhas anotadas na instrução processual e as justificativas encaminhadas pelo interessado em virtude de regular notificação encontram-se abaixo discriminadas:

Planejamento da Gestão Pública (item 1)

¹ Índice apurado pelo Setor de Cálculos de ATJ - fls. 93/95.

1850
BB



- o Plano Plurianual relativo ao período de 1998/2001 foi elaborado sem a valoração das despesas, inviabilizando o controle e acompanhamento orçamentário.

Defesa: tal falha não acarretou implicações na avaliação das contas municipais, já que o plano, elaborado em 1997, não recebeu censura do Tribunal nos últimos exercícios. Assim, no exercício de 2001 não restou à Prefeitura outra alternativa senão a de cumprir as diretrizes do plano vigente.

Dívida Ativa (item 2.2.2)

- inscrição de valores na dívida ativa correspondente a 93,83% da receita arrecadada (tributária + industrial), com aumento de 45% em relação ao saldo anterior.

Defesa: para regularizar essa questão e reduzir o saldo da dívida ativa, a administração ajuizou inúmeras ações de cobrança durante o exercício de 2001 (documento nº 01 do Anexo).

Licitações (item 2.3.4)

- falta de justificativas para contratações realizadas sem licitação.

Defesa: as contratações diretas mencionadas no relatório de auditoria referem-se à aquisição de equipamentos a serem utilizados na prestação de serviços de saúde aos munícipes e de materiais para manutenção da frota municipal. Todas as contratações foram precedidas das formalidades legais, inclusive com parecer relatando o que causou a situação de emergência e a necessidade de contratação imediata, pois o Executivo não poderia aguardar o tempo exigido para realização dos procedimentos licitatórios, sob o risco de deixar a população de Jacaré sem adequados serviços de saúde e transporte.

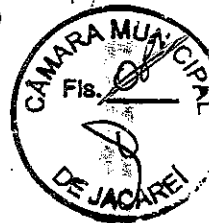
- falta de publicação do resultado do julgamento das licitações na modalidade convite.

Defesa: por ser falha formal solicita que esta seja relevada.

- adoção de modalidade licitatória ("credenciamento") não prevista na legislação.

Defesa: a anotação efetuada pela auditoria refere-se, na realidade, não a uma forma de licitação, mas sim ao simples credenciamento de escolas de samba na organização do carnaval de 2001. Não houve "competição" entre as escolas para a participação em referido evento e sim uma exigência para garantir a transparência da utilização dos recursos financeiros.

4851
BB



Ordem Cronológica de Pagamentos (item 2.3.6)

- falta de justificativa para a quebra da ordem cronológica;
- elaboração da relação em desacordo com as Instruções do Tribunal.

Defesa: a auditoria considerou despesas que, embora empenhadas e com faturas já apresentadas, ainda não haviam sido liquidadas pela administração. O Executivo não poderia obstar o pagamento aos demais fornecedores, fato que oneraria o erário municipal (multas por atraso de pagamento). Assim, a Prefeitura continuou a pagar os demais credores, sem quebrar a ordem cronológica (doc. nº 02 do Anexo).

Destinação dos recursos arrecadados com multas de trânsito (item 2.3.7)

- Infringência ao artigo 320 do Código Nacional de Trânsito decorrente da aplicação parcial (84,59%) dos recursos arrecadados com multas de trânsito.

Defesa: A norma legal não impõe que os recursos sejam aplicados integralmente no mesmo exercício. O saldo remanescente encontrava-se em conta vinculada para ser destinado às finalidades legais nos exercícios subseqüentes (doc. nº 03 do Anexo).

Outras despesas irregulares (item 2.3.8)

- realização de serviços de adequação de aterro sanitário sem contrato e sem aprovação do projeto nos órgãos estaduais competentes.

Nada alegou.

Pessoal (item 3.1)

- existência no quadro de pessoal de 515 servidores não concursados e não estáveis;
- recolhimento, pelos servidores não estáveis, de encargos sociais à Previdência Municipal.

Defesa: a Prefeitura não entende ser conveniente a demissão imediata daqueles servidores admitidos sem concurso público antes da promulgação da Constituição e que não adquiriram estabilidade por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. A substituição desses servidores por outros aprovados em concurso público será gradativa, pois é a melhor maneira de ser atendido o interesse público, uma vez que eles exercem atividades imprescindíveis ao município. Quanto à existência de servidores não concursados e não estáveis abrangidos pela previdência municipal, o problema é oriundo de gestões anteriores, sendo que estão sendo tomadas providências para regularização da matéria.

Análise do Resultado Patrimonial (item 4.2)

- exclusão indevida, nas demonstrações contábeis, de valor referente à dívida com o Instituto Municipal de Previdência (R\$ 24.240.339,01).

Defesa: embora a Prefeitura reconheça a existência de dívida com o IPMJ, o valor mencionado pela auditoria não corresponde ao débito efetivo, uma vez que há duas ações de cobrança movidas pela autarquia, ainda não sentenciadas, em que se discutem os respectivos valores. Assim, foi contabilizado apenas o valor de R\$ 11.473.762,71, referente à parte incontroversa da dívida. (doc. nº 04 do Anexo).

Denúncias/Representações (item 6)

TC-390/007/02 – expediente em que o sr. Pedro de Alcântara Motta indica possíveis irregularidades praticadas pela administração municipal na contratação da empresa Luiz Machado Jacareí, relativa ao convite 167/01

Analisando a matéria, a auditoria constatou que, em relação à quantidade de pretendentes, o § 3º do artigo 22 da Lei de Licitações menciona o número de convidados e não o número de habilitados, sendo que foram convidados três ou mais participantes, havendo, portanto, obediência ao citado diploma legal. Quanto ao fracionamento de compra, considerou improcedente a afirmação, visto que na contratação objeto do convite 167/01 foram utilizados recursos do exercício de 2001, enquanto nas contratações que serviram de comparação com esse certame os recursos eram de outra gestão orçamentária - 2002.

TCs 29621/026/01 e 2759/007/01 – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta informa a ocorrência de possível ilegalidade no aditamento contratual celebrado com a empresa Gazeta Mercantil Participações Ltda. Segundo alegou, a empresa não possuía certidão negativa de débito expedida pelo INSS, não podendo, portanto, ter seu contrato aditado com o setor público.

A auditoria considerou improcedente o comunicado, uma vez que a certidão anexada às fls. 22, expedida pelo INSS, com validade na data do aditamento, atesta a regularidade dos recolhimentos, não existindo débito em nome da empresa.

TCs 30610/026/03 e 10000/026/03 (cópia) – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta aponta a ocorrência de possíveis irregularidades na contratação, sem licitação, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, a qual teria sido motivada pelo fato de a entidade estar ligada ao partido político do Prefeito Municipal.

A auditoria entende improcedente tal comunicado, uma vez que a contratação foi justificada com base no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, que permite a dispensa de licitação para o presente caso, tendo, ainda, sido observadas todas as formalidades legais pertinentes.

TC 14895/026/01 - expediente em que o Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. João Faustino Ferreira Neto, informa o recebimento, por aquela pasta, de

1953
BB



Defesa: a Lei Municipal nº 4.427/00 autorizou a concessão de subvenções (doc. Anexo).

Aplicação no Ensino (item 9)

- inobservância do artigo 212 da Constituição Federal, tendo em vista a insuficiência de aplicação de recursos provenientes de impostos e transferências no ensino de um modo geral e no ensino fundamental.

Defesa: as despesas no montante de R\$ 1.960.959,40, embora tenham sido contabilizadas em elementos de despesa não vinculados ao ensino, foram destinadas a esse setor e não podem ser excluídas do câmputo geral. A Prefeitura também se opõe à exclusão dos valores inscritos em restos a pagar sem disponibilidade financeira, pois todas as despesas foram empenhadas em 2001 e liquidadas nos primeiros meses do exercício de 2002. Assim, com as inclusões desses valores, verifica-se o cumprimento das normas constitucionais em relação ao setor.

- repasses decendiais insuficientes.

Defesa: "como não há maiores esclarecimentos sobre quais seriam as irregularidades detectadas, fica prejudicada a apresentação de justificativas específicas. Pode-se adiantar, contudo, que todos os recursos foram devidamente repassados e aplicados no ensino".

Manifestando-se especificamente sobre os aspectos econômico-financeiros, Unidade de Economia de ATJ manifesta-se pela emissão de parecer favorável às presentes contas.

O Setor de Cálculos de ATJ, após análise dos autos, refez os cálculos elaborados pela auditoria, para neles incluir despesas que não haviam sido consideradas (fls. 94/95) e atestou que a Prefeitura Municipal de Jacaré aplicou o correspondente a 21,57% da receita proveniente de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando 13,77% ao ensino fundamental.

Diante da insuficiente aplicação de recursos no ensino de um modo geral e no fundamental, Unidade Jurídica de ATJ, com o endosso de sua Chefia, propõe emissão de parecer desfavorável às contas em exame, sem prejuízo de recomendações sobre as demais falhas.

De modo convergente foi o entendimento de SDG.

É o relatório.

Rcbnm.

Voto
TC-001932/026/00

4854
88



Conquanto a Prefeitura de Jacaré tenha observado os mandamentos legais e constitucionais relativos aos gastos com pessoal (43,42%) e com saúde (22,59%) e apresentado resultado orçamentário superavitário, a insuficiência de recursos aplicados no ensino de um modo geral e no fundamental é falha crucial e compromete irremediavelmente as contas em apreço.

Consoante se verifica da análise procedida nos elementos que instruem o processado, o Executivo Municipal, no exercício em exame, não deu atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal, pois gastou com o setor educacional, excluídos os valores inscritos em "restos a pagar", sem cobertura financeira, e as despesas que não poderiam ser computadas para esse fim, apenas o equivalente a 21,57% da receita de impostos e transferências.

Também não observou o disposto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, eis que o ensino fundamental foi contemplado com somente 13,77% daquelas receitas.

Outra grave irregularidade refere-se à realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, anotada pela auditoria no item 2.3.8 de seu relatório e mencionada no expediente TC-14895/026/01 (item 6), sobre as quais o responsável não apresentou nenhuma justificativa.

As demais falhas podem ser relevadas ante as justificativas apresentadas e a promessa de regularização, devendo, a auditoria, certificar-se a respeito das medidas saneadoras anunciadas.

Assim, voto pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas do Prefeito do Município de Jacaré, relativas ao exercício de 2001, excetuados os atos eventualmente pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, proponho que se oficie ao Chefe do Executivo, recomendando-lhe que:

4855
28



- observe rigorosamente os preceitos contidos na Lei Federal nº. 8.8 quando realizar licitações e celebrar contratos; na Lei nº 4.320/64, especialmente no que concerne à elaboração do orçamento plurianual; e no artigo 320 do Código de Trânsito Nacional sobre a destinação dos recursos provenientes de multas de trânsito;
- incremente a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;
- regularize seu quadro de pessoal, em face das disposições constitucionais concernentes à criação e provimento de cargos públicos;
- passe a cumprir as Instruções deste Tribunal, notadamente quanto à ordem cronológica de pagamento e remessa de documentação;
- atente para os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- cumpra o disposto no artigo 69, § 5º. da Lei Federal 9424/96, quanto aos repasses decendiais.

Outrossim, determino que a auditoria requisiite a documentação necessária à formalização de autos próprios – exame de termos contratuais – para análise da contratação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, devendo os expedientes TCs-30610/026/03 e 10000/026/03, acompanhar o processo a ser formalizado.

O expediente TC 14895/026/01 deverá retornar ao meu gabinete, arquivando-se os demais.

É o meu voto.

RELATOR-CONSELHEIRO Robson Marinho

O RELATÓRIO JUNTADO CORRESPONDE AO
INTEIRO TEOR DAS FOLHAS TAQUIGRÁFICAS
REFERENTES À SESSÃO DO DIA 19/09/03.

SDG-1, em 21/10/03.


MARIA MARTHA LACHINI
Taquígrafo de Controle Externo-Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER

TC-001932/026/01 – Contas anuais.

Prefeitura Municipal: Jacaréi.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Períodos: (1º-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto Legal: Maria Cristina de Paula Machado (Vice-Prefeita).

Períodos: (1º-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanham: TC-029621/026/01, TC-00348/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/226/01.

Vistos, discutidos e relatados os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a e. 1ª Câmara, em sessão de 19 de agosto de 2003, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacaréi, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

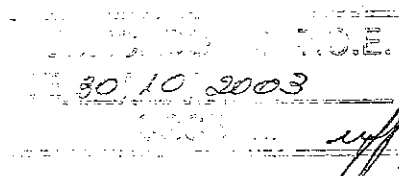
Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: aplicação no ensino: 21,57%, ensino fundamental: 13,77%, aplicação na saúde: 22,59%, despesas com pessoal e reflexos: 43,42% e superávit orçamentário: 5,41%.

Publique-se.

São Paulo, 22 de outubro de 2003.

EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO – Presidente

ROBSON MARINHO – Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

2857
BB



Fls. nº 4 (1-2)
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 20-10-2004

Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
RELATOR - CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- 1 - À SDG-3 para incluir o processo na ordem do dia da próxima sessão;
- 2 - À SDG-1 para juntada das notas taquigráficas.

SDG-1, em 20 de outubro de 2004

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

2858
BB



463

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

29a. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 20 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga
RELATOR - Conselheiro Robson Marinho
SECRETÁRIO - Bel. Sérgio Ciquera Rossi
PROCESSO - TC-001932/026/01
ASSUNTO - Município: Jacareí.
Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.
Exercício: 2001.
Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.
Advogado(s): José Roberto Manescó, Marcos Augusto Perez e outros.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - O item 19, TC-001932/026/01 trata de pedido de reexame de parecer das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001.

Há pedido de sustentação oral do eminente advogado Marcos Augusto Perez, em nome do Município e eu consultei o eminente Conselheiro Robson marinho, que assentiu na inversão da pauta, de sorte que peço permissão para convidar o eminente advogado para que tome à tribuna.

Com a palavra o eminente Relator.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Dr. Marcos Augusto Perez, em sessão de 19 de agosto de 2003 a E. Primeira Câmara decidiu emitir desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 das Disposições Transitórias. Foram aplicados pelo município 22,59% no ensino global, 13,77% no ensino fundamental.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

4859
BB

TERMO DE ENCERRAMENTO

Em 02 de março de 2006, procedo ao encerramento do 23º volume deste feito (P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA), à fl. 4859 Jacareí, data supra. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.